PROCESSO LICITATÓRIO N° 722/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
BENS E SERVIÇOS COMUNS (Art. 6º, XIII, XLI)

1. Preâmbulo/Convocação
2. Objeto
3. Previsão de recursos orçamentários
4. Esclarecimentos e impugnação ao edital
5. Vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato
6. LGPD
7. Aplicação da Lei Complementar nº 123/2006
8. Participação de consórcios
9. Participação dos profissionais organizados sob a forma de cooperativa
10. Regras gerais para documentação
11. Fases de PROPOSTA e HABILITAÇÃO
12. Propostas
13. Verificação de impedimentos no CEIS e CNEP
14. Julgamento das propostas
15. Habilitação
16. Recursos e Pedidos de Reconsideração
17. Adjudicação e Homologação
18. Contrato Administrativo (regras para formalização, gestão e fiscalização)
19. Gestão e Fiscalização
20. Recebimento do objeto
21. Pagamento
22. Das retenções
23. Penalidades
24. Disposições finais
25. Anexos:
- **I -** Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- **II -** Termo de Referência – TR;
- **III -** Orçamento Máximo;
- **IV -** Contrato Administrativo;
- **V -** Municípios que aplicam o benefício local/regional.

1. PRÊAMBULO

1.1. O Município de Caibi, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.940.776/0001-56, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal em exercício, senhor Leonardo Gallon, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo licitatório:

I - **Regime legal:** Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 (art. 4º).
II - **Modalidade:** Pregão (art. 6º, XLI)
III - **Critério de Julgamento:** Menor Preço – por item
IV - **Modo de disputa:** Aberto
V - **Intervalo entre os lances:** R$ 1,00 (um real)
VI - **Forma:** Eletrônica (art. 17, § 2º)
VII - **Plataforma:** www.portaldecompraspublicas.com.br
VIII - **Data da Sessão Pública: 16/10/2026 (10 dias úteis - art. 55, II, "a")**
IX - **Recebimento das propostas: das 08h00min do dia 01/10/2026 até as 08h00min do dia 16/10/2026;**
X - **Horário de início da Sessão Pública: 08h00min (horário de Brasília/DF)**
XI - **Abertura das propostas: 16/10/2026 às 08h00min;**
XII - **Código do Município (Portal de Compras Públicas):** 1671
XIII - **Condução do processo licitatório: Agente de contratação e Equipe de Apoio – Paula Balestreri (Pregoeira), Leticia de Souza (Equipe de Apoio) (Decreto nº 074/2026).**

2. OBJETO

2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DECORATIVOS E DE ILUMINAÇÃO NATALINA, COM PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, ACENDIMENTO E RETIRADA DA ORNAMENTAÇÃO, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO "DOCE NATAL DE CAIBI", NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAIBI/SC.

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	Vl. Unitário	Vl. Total

1	01	Ser.	Contratação de empresa para executar a instalação, acendimento e a retirada da iluminação natalina como: mangueiras luminosas, tubos de led, cordões de led, cascatas, cortinas de led, máquinas de neve e máquinas de bolhas entre outros, na praça Pedro Antônio Bigaton. Sendo que na área coberta, pilares com luzes, na parte interna da área coberta cascatas e cordões de led, nas entradas da mesma colocação de estrelas. Instalação de cordões de led na figueira, e em árvores na praça aproximadamente 50 árvores com cordão de led e em torno de 30 árvores com mangueiras. No presépio instalação de cascatas, refletores, espeto de estrelas. Na casinha do papai Noel luzes ao redor e no telhado, instalação de decoração com luzes na parte da frente da casinha, refletores na parte interna da casinha. Instalação de estruturas já decoradas na calçada em frente a praça. Instalação de cabos dos pinheiros na Vila dos Pinheiros. Na Igreja Matriz instalação de refletores e cascata. Nos acessos de entradas do Município com instalação de pinheiros iluminados e cascatas no portal de bem-vindos a Caibi. No prédio da Prefeitura Municipal na entrada com cascatas. A retirada dos materiais deve acontecer entre os dias 12 à 23 de janeiro de 2027, devem ser devidamente organizados e guardados. Os serviços de muque para a instalação de luzes onde necessita do mesmo ficará de responsabilidade do contratado pelo serviço.	R$ 104.519,52	R$ 104.519,52
2	20	Und.	CASCATA 400 LED COM STROBO (340 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 10 METROS DE COMPRIMENTO, com 50 caídas: 65 cm, 55 cm e 45 cm, fio branco com diâmetro 1,8 mm, de uso externo com resina de proteção IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 4 cordões totalizando 40 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores BRANCO QUENTE, com fio verde.	R$ 123,25	R$ 2.465,00
3	300	Und.	CORDÃO 300 LED FIXO, COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO, 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores BRANCO QUENTE, com o fio da mesma cor do LED.	R$ 91,05	R$ 27.315,00

4	600	Und.	CORDÃO 300 LED FIXO, COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO, 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor branco, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Na cor BRANCO FRIO com fio branco.	R$ 85,99	R$ 51.594,00
5	200	Und.	CORDÃO 300 LED COM STROBO (240 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO, 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores, BRANCO FRIO, com fio verde.	R$ 106,19	R$ 21.238,00
6	50	Und.	CORDÃO 300 LED COM STROBO (240 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO, 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Na cor VERMELHO, com fio da cor do led.	R$ 102,11	R$ 5.105,50
7	15	Und.	Mangueira redonda, 12mm,100m, led FIXO, 28 led/ metro, 04 rabichos, 02 emendas, 04 pontas silicone, corte / metro 5W/metro, 220v, 12mmx100m nas cores branco frio, branco quente e verde a serem definidas.	R$ 1.009,80	R$ 15.147,00
8	08	Und.	REFLETOR LED IP 66, 100W,220v, BRANCO FRIO(3000-3500k), preto,em alumínio e vidro,luminosidade(aproximadamente 10.000 lúmens).Ângulo de abertura 120°.Dimensões cm(28Ax23Lx8E)Peso:1000g.ProteçãoIP67(resistente à agua e poeira). PARA USO EXTERNO	R$ 36,59	R$ 292,72

9	06	Und.	REFLETOR LED IP 66, 100W,220v, BRANCO QUENTE (3000-3500k), preto, em alumínio e vidro, luminosidade(aproximadamente 10.000 lúmens).Ângulo de abertura 120°.Dimensões cm(28Ax23Lx8E)Peso:1000g.ProteçãoIP67(resistente à agua e poeira).PARA USO EXTERNO	R$ 44,15	R$ 264,90
10	100	Und.	Conector para mangueira luminosa 12mm.	R$ 16,67	R$ 1.667,00
11	03	Und.	Doce Cupcake Engrossado Com Um Coração No Topo, (Altura 1,50m X 1,35m Largura X O,20m de Profundidade) composto por um cupcake engrossado com coração no topo, o mesmo possui 3 camadas sendo a forma, o papel e o bolo com um coração no topo, a forma deve ser da mesma cor que o coração no topo o bolo e o papel devem ser de cores diferentes. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon 20x20 de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base dos leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir	R$ 3.996,50	R$ 11.989,50
12	01	Und.	Bengala Dupla Engrossada (Altura 2m X 1,2m Largura X 0,20m de Profundidade), composto por duas bengalas engrossadas de tamanhos diferentes sendo uma virada de costa para outra, as bengalas devem possuir 15 listras sendo 7 de uma cor e 8 de outra, seguindo um padrão de sim/não. Produzida em estrutura metálica, de tubos metalon 20x20 de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44.	R$ 5.399,48	R$ 5.399,48

13	01	Und.	Kit Duas Vela Tridimensional Com Chama, (Altura 1,30m X 30m Largura X 30cm Profundidade), composto por duas velas redondas tridimensionais com chama no topo, a chama possui 6 hastes curvas formando uma chama tridimensional. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir.	R$ 7.260,00	R$ 7.260,00
14	04	Und.	Painel Bala Embalada (Altura 0,75m X 1,50m Largura), composta de bala embalada com espiral no centro, a mesma deve ser no formato circula começando no topo e indo até o centro, a mesma também possui duas abas uma em cada lado simulando uma embalagem de uma bala. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir.	R$ 1.300,00	R$ 5.200,00
15	400	Und.	Festão Aramado Verde Pvc, 200 Galhos Com 5 Cm, medindo 2,7 metros com 25 cm de diâmetro.	R$ 44,97	R$ 17.988,00
16	10	Und.	Tecido sintético tipo juta (tela de polipropileno), com inserção de fios metalizados brilhantes (tipo lurex) dispostos ao longo da trama, entre 110 g/m² e 115 g/m², garantindo consistência, opacidade adequada e resistência ao manuseio, 1,00 de largura x 10m de comprimento nas cores verde (5 rolos) e vermelho (5 rolos).	R$ 278,42	R$ 2.784,20

17	100	Und.	FESTÃO ARAMADO VERDE NEVADO EM PVC, CONTENDO 220 GALHOS COM 5 CM DE LARGURA, medindo 2,7 metros de comprimento com 30 cm de diâmetro.	R$ 75,73	R$ 7.573,00
18	200	Und.	Haste/Galho decorativo natalino de Azevinho artificial, composto por uma haste central ramificada em 05 (cinco) a 07 (sete) galhos secundários, cada galho deve conter conjuntos de pequenas esferas (berries / bagas de cereja natalina) de alto brilho e folhas características de azevinho verdes acetinadas.	R$ 37,98	R$ 7.596,00
19	150	Und.	Flor de Natal, poinsétia vermelha 23cm, aveludada, Composto de 5 a 7 galhos (hastes secundárias) ramificados a partir de uma haste principal central. Pétalas em tecido sintético aveludado de alta densidade, hastes com arame flexível revestido em plástico verde.	R$ 30,93	R$ 4.639,50
20	150	Und.	Flor de Natal, poinsétia Champanhe 23cm, aveludada, Composto de 5 a 7 galhos (hastes secundárias) ramificados a partir de uma haste principal central. Pétalas em tecido sintético aveludado de alta densidade, hastes com arame flexível revestido em plástico verde.	R$ 44,70	R$ 6.705,00
21	120	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 15 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha	R$ 30,30	R$ 3.636,00
22	120	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 20 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha	R$ 41,50	R$ 4.980,00
23	180	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 30 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha	R$ 82,45	R$ 14.841,00

24	150	Und.	Tira de luz de led, com alimentação a pilha AA, na cor branco frio, led 5v, 2 metros cada tira. Com 120 led	R$ 71,82	R$ 10.773,00
25	200	Und.	Fio de fada, cordão de led, 5 metros, alimentação a pilha AA, branco frio.	R$ 43,36	R$ 8.672,00
26	20	Und.	FITA DE NATAL ARAMADA, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, COMPRIMENTO 10 METROS, LARGURA: 50MM, NA COR VERMELHA.	R$ 57,08	R$ 1.141,60
27	600	Und.	Pilha alcalina AA.	R$ 7,18	R$ 4.308,00
28	200	Und.	Cordão 150 Led blindado Com Strobo (120 Fixos, 30 Strobo Na mesma Cor), Com Extensão De 15 Metros De Comprimento, lâmpadas com 7mm de espessura na ponta, fio com diâmetro 2,3 mm na cor do led, de uso externo com resina de proteção na base do led IP65, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V, potência de 10 Watts. Leds na cor BRANCO QUENTE.	R$ 115,69	R$ 23.138,00

2.3. O objeto está fundamentado no Estudo Técnico Preliminar – ETP (**ANEXO I**) e no Termo de Referência (**ANEXO II**) (art. 18, I e II).

2.4. Valor estimado do objeto: R$ 378.232,92 (trezentos e setenta e oito mil, duzentos e trinta e dois reais e noventa e dois centavos).

2.5. Fica vedada, no todo ou em partes, a subcontratação do presente objeto de licitação.

3. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no orçamento para o ano de 2026.

Órgão: 5 - [SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE]		
Unidade: 2 - [Dpto de Cultura]		
Tipo Ação: Atividade - Ação: 2045 - Funcional: 0013.0392.0012 - [PARTICIPAÇÃO E REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES E EVENTOS]		
Elemento: 3339000000000000000 - [Aplicações diretas] **3999000000000000000** **3099000000000000000**		
Referência Dotação	**Vínculo**	**Descrição do Vínculo**
98	150070000000	Recursos Ordinários

3.2. Os recursos serão próprios.

4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** o edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164).

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, p. ú.).

4.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (art. 55, § 1º).

5. VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

I - Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação

que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);

II - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que se equiparam aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

III - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

IV - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).

V - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação (art. 14, IV);

VI - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);

VII - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à

divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

VIII - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

IX - É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

X - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

XI - Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

5.2. O licitante deverá apresentar declaração que não incorre nos impedimentos.

6. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)

6.1. Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelará e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

6.2. O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

6.3. O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o

fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

6.4. O LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

6.5. É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

6.6. O LICITANTE fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

6.7. As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

6.8. O LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

6.9. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

6.10. As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência

dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

6.11. Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

6.12. Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

6.13. A LICITANTE para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO, deverá acessar o *link* *http://www.caibi.atende.net* e para maiores informações, poderá contatar com o Encarregado de Dados, por meio do endereço eletrônico de e-mail tributacao@caibi.sc.gov.br.

7. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

7.1. Conforme art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, exceto (art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

II - No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

7.2. A Lei Complementar nº 123/2006, conforme art. 1º, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

7.3. Para os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 3º):

I - Sociedade empresária;

II - Sociedade simples;

III - Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;

IV - Empresário a que se refere o art. 966 do Código Civil:

a) Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços (art. 966, *caput*);

b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa (art. 966, parágrafo único).

7.4. Aplica-se a este Edital o disposto no art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, estabelecendo-se a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local e regional que façam parte da **AMERIOS (Associação do Município Entre Rios), (ANEXO V)**, nos termos e limites Decreto Municipal nº 234/2022 de 29 de setembro de 2022, especificamente, no art. 20, alíneas “a” e “b” e, no que for omisso, pelo Decreto Federal n° 8.538, de 06 de outubro de 2015.

7.4.1. Na primeira chamada prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas LOCAL até o limite de 10% do melhor preço válido. (art. 48 § 3º Lei 123/06. Prejulgado TCE/SC 2205).

7.4.2. Caso não houver (existir) empresas locais a prioridade de contratação será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, até o limite de 10% do melhor preço válido. (art.48 § 3º Lei 123/06. Prejulgado TCE/SC 2205).

7.4.3. Fundamenta-se a aplicação do instituto da prioridade de contratação, até o limite de legal do menor preço válido, de empresas sediadas no local, com base na no art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal n° 234/2022, de 29 de setembro de 2022, que estabelece o tratamento diferenciado, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

7.4.4. Justifica-se a utilização do instituto da prioridade de contratação de empresas sediadas no âmbito local em razão:

7.4.5.1. Do fortalecimento do comércio local e consequente desenvolvimento proporcionado ao Município através dos impostos que são gerados e que, reinvestidos, convertem-se em novos bens e serviços oferecidos à população do Município;

7.4.5.2. Da agilidade na entrega e execução de serviços, os quais têm seus custos barateados no que tange aos valores referentes ao frete e demais custos em razão da distância entre o Município e a empresa;

7.4.5.3. Da expansão quantitativa e qualitativa no campo econômico, social e ambiental, com ativação do desenvolvimento socioeconômico local e aumento da prosperidade econômica, com aumento de empregos e melhor distribuição de renda.

7.5. As microempresas ou empresas de pequeno porte indicadas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 devem estar devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - No caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II - No caso da empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);

III - No caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

7.6. Os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam ao Microempreendedor Individual – MEI que (art. 18-A, § 1º):

I - Tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais);

II - Optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista no art. 18-A da LC 123/2006;

III - Seja empresário individual que se enquadre na definição do art. 966 do Código Civil.

7.7. Também se considera Microempreendedor Individual – MEI para a Lei Complementar nº 123/2006 o empreendedor que exerça:

I - As atividades de que trata o § 4º-A do art. 18-A:

§ 4º-A Observadas as demais condições deste artigo, poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no caput o empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista.

II - As atividades de que trata o § 4º-B do art. 18-A, estabelecidas pelo CGSN:

§ 4º-B O CGSN determinará as atividades autorizadas a optar pela sistemática de recolhimento de que trata este artigo, de forma a evitar a fragilização das relações de trabalho, bem como sobre a incidência do ICMS e do ISS.

III - As atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural.

7.8. As disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei nº 11.488/2007, art. 34).

7.9. Para obtenção dos benefícios, conforme art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentar declaração que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II)

7.10. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021.

8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

8.1. É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV).

8.2. A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato (art. 15, V).

8.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação

econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio (art. 15, § 5º).

8.4. Na fase de habilitação:

I - TÉCNICA: é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado (art. 15, III – primeira parte);
II - ECONÔMICO-FINANCEIRA:
a) Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte);
b) Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação (art. 15, § 1º); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º).

8.5. A assinatura do contrato será condicionada à (art. 15, § 3º):

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);
II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).

9. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

9.1. Conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:
a) Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;
b) Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
c) Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o

objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

9.2. Conforme art. 34 da Lei nº 11.488/2007, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da referida Lei Complementar.

10. REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO

10.1. Conforme art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);

III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo, sendo que a decisão sobre tal desatendimento poderá ser precedida de parecer jurídico;

IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

11. FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

11.1. Para este certame, a fase de PROPOSTA será anterior à fase de HABILITAÇÃO.

11.2. A fase RECURSAL será única (art. 165, § 1º, II).

12. DAS PROPOSTAS

12.1. DO CREDENCIAMENTO

12.1.1. Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar junto ao provedor do sistema de Pregão Eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

12.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

12.1.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao MUNICÍPIO DE CAIBI/SC, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

12.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO**

12.2.1. Para elaboração das propostas o licitante deve:

I - Apresentar sua proposta com valor não superior ao valor máximo indicado pela Administração Pública Municipal (art. 24);
II - Elaborar sua proposta levando em consideração a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem ou serviço (art. 25, § 2º).
III - A proposta deverá conter a descrição do objeto ofertado, contendo marca (desde que não identifique o licitante e, neste caso, deverá constar como "marca própria"), valor unitário, valor total de cada item e demais informações necessárias, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

12.2.2. O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021), sob pena de incursão no art. 337-J do Código Penal[1].

12.2.3. O licitante deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.

[1] **Violação de sigilo em licitação**
Art. 337-J. Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:
Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.

12.2.4. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

Obs: Quando a marca identificar a empresa este campo deverá ser preenchido como "marca própria", sob pena de desclassificação do certame.

12.2.5. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

12.2.6. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital, salvo prazo maior estipulado de forma expressa pelo licitante.

12.2.7. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.2.8. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br.

12.2.9. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **pregoeiro** e os licitantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.2.10. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

12.2.11. Aberta a etapa de lances, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

12.2.12. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO:

I - ABERTO:

a) 10 (dez) minutos de lances sucessivos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos;

b) A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;

c) Não havendo novos lances nos últimos 2 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente;

d) Encerrada a etapa de lances, com ou sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o **pregoeiro**, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício do envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;

e) Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;

f) Durante o envio de lances, o **pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível ou decorrente de equívoco de digitação;

g) Se ocorrer a desconexão do **pregoeiro** no decorrer do envio de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.2.13. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro concederá o prazo mínimo de **02 (duas) horas, para negociação de melhor preço, e envio das propostas readequadas**, diretamente no sistema da plataforma de pregão eletrônico, podendo tal prazo ser prorrogado no máximo por igual período, levada em consideração a complexidade do objeto a ser licitado, o número de itens do processo licitatório ou outras particularidades do caso concreto, sempre fundamentado e comunicado via chat tal prorrogação.

Obs.: O cadastramento e envio de propostas readequadas, diretamente na plataforma de pregão eletrônico, é condição indispensável para posterior adjudicação do processo licitatório, sendo que o não envio das propostas readequadas, no prazo estipulado pelo pregoeiro, importará na desclassificação do proponente.

12.2.14. No caso de a desconexão do **pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

13. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

13.1. Encerrada a etapa de lances, durante o período de cadastro das propostas readequadas, o pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a

participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

I - **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
II - **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

13.2. A consulta aos cadastros acima referidos **será** realizada **em nome do licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências).

13.3. A verificação visa coibir o disposto no art. 337-M do Código Penal[2].

14. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. Serão desclassificadas as propostas que (art. 59, *caput*, da Lei nº 14.133/2021):

I - Contiverem vícios insanáveis;
II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;
V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
VI - Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

---

[2] ***Contratação inidônea***
Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:
Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.
§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:
Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.
§ 2º Incide na mesma pena do ***caput*** *deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.*

14.2. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.3. EXEQUIBILIDADE:

14.3.1. A Administração Pública Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto em IV do tópico 14.1 (art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

14.3.2. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA: no caso de a proposta vencedora for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deve o licitante apresentar garantia, equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas neste edital (art. 59, § 5º).

14.3.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a:

I - BENS E SERVIÇOS QUE NÃO SÃO DE ENGENHARIA: **75%** do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal.

II - SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA: **75%** do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal (art. 59, § 4º).

14.4. EMPATE:

14.4.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

14.5. DIREITO DE PREFERÊNCIA:

14.5.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;
II - Empresas brasileiras;
III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

14.5.2. Ainda, devem ser aplicadas as regras dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021): se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7) e se houver proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7), se procederá da seguinte forma:

I - O licitante coberto pelos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7) mais bem classificado poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;
II - Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
III - O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.76. NEGOCIAÇÃO:

14.6.1. Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado (art. 61, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

14.6.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.6.3. A negociação será conduzida pelo **pregoeiro**, conforme a Lei Federal n° 14.133 e regulamento municipal, realizada por meio do sistema eletrônico, e

poderá ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 61, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

14.7. Se a proposta for desclassificada o **pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta os documentos de habilitação, o qual terá o tempo máximo de 02 (duas) horas para anexar no sistema (art. 63, II).

Obs. 1: O licitante, caso opte, poderá anexar toda a documentação de habilitação antes da sessão pública, diretamente na plataforma do pregão eletrônico, e neste caso, o pregoeiro, verificando a juntada dos documentos, poderá dispensar o prazo previsto no item 15.1, ficando neste caso vedada a inclusão posterior de documento, caso opte por anexá-los antes da sessão pública, em atenção ao art. 64 da Lei Federal n° 14.133/2021.

15.2. O **pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

15.3. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados mas que comprovem que na data da apresentação da proposta o licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo pregoeiro, sob pena inabilitação, prazo durante o qual a sessão não será suspensa.

15.4. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

15.5. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

15.6. Em se tratando de licitante indicado no tópico 7, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal.

15.7. A não regularização da documentação no prazo previsto anteriormente implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15.9. PESSOA JURÍDICA:

I – DECLARAÇÕES (marcar a ciência/concordância no campo especifico da plataforma eletrônica de licitação);

a) Declaração de que a licitante não ultrapassa o limite de faturamento e cumpre com os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar;

b) Declaração de ciência e concordância com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento – art. 63, I da Lei nº 14.133/2021;

c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas - art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021;

d) Declaração de que a(s) proposta(s) econômica(s) compreende(m) a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas - art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021;

e) Declaração que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos – art. 68, inciso VI da Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

f) Declaração de não possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) Declaração, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação;

h) Declaração, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos

impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, não incorrendo nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - HABILITAÇÃO JURÍDICA (visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada – art. 66 da Lei nº 14.133/2021), devendo ser apresentado:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

Obs.: Os documentos descritos no subitem "a" deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

c) Quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66, *caput*).

III - FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

a) Prova de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria de Receita Federal conjunta com a Prova de Regularidade quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual.

c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal.

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011

f) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, II);

IV - ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

a) Certidão negativa de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Comarcas e Turmas Recursais - Primeiro Grau), disponível em: https://certidoes.tjsc.jus.br/.

V - COMPROVAÇÃO DE IDONEIDADE:

Encerrada a etapa de lances, o **pregoeiro e equipe de apoio verificarão eventual descumprimento das condições de participação**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

a) Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU, da entidade participante**.** Disponível em: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br.

b - Consulta de Pessoa Física

a) Certidão negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (**todas as esferas**) do sócio majoritário/administrador, da empresa participante. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form.

Obs.: Em caso de Sócios com a mesma quantidade de cotas, será consultada a certidão do sócio que responder administrativamente pela empresa.

VII – COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

a) Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC n° 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3° da Lei Complementar 123/2006.

Obs.: Esta(s) certidão(ões) deve(m) ter sido emitida(s) no prazo máximo de 60 dias contados da data de publicação do edital. Não serão aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial.

VIII – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços compatíveis em características com o objeto da contratação, especialmente instalação, manutenção e/ou retirada de iluminação decorativa e/ou instalações elétricas similares;
b) Comprovação de registro ou inscrição da empresa e/ou do profissional responsável técnico no Conselho Profissional competente, quando exigível, compatível com os serviços objeto da contratação;
c) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida por profissional legalmente habilitado e devidamente registrada junto ao CREA, contemplando os serviços de instalação, manutenção e retirada dos elementos luminosos e respectivas instalações elétricas, a ser apresentada antes do início da execução dos serviços;
d) Comprovação de capacitação dos profissionais envolvidos na execução dos serviços, em conformidade com a NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade e, quando aplicável, com a NR-35 – Trabalho em Altura.

15.10. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.
15.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado o vencedor.

16. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

16.1. Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):

I - Julgamento das propostas (art. 165, I, “b”);
II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante (art. 165, I, “c”);
III - Anulação ou revogação da licitação (art. 165, I, “d”);
IV - Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração (art. 165, I, “e”).

16.2. Se apresentado recurso em virtude do disposto nas letras “a” e “b” do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;

II - A apreciação dar-se-á em fase única.

16.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021).

16.4. Apresentado recurso, será aberto prazo para apresentação de contrarrazões, será o mesmo do recurso - 3 (três) dias úteis - e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

16.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

16.6. Apresentadas as contrarrazões ou findo o prazo para apresentação destas, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida terá prazo de 3 (três) dias úteis para apreciar o recurso e as contrarrazões.

16.6.1. Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

16.7. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

16.8. Cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico (art. 165, II da Lei nº 14.133/2021).

16.9. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021_caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação (art. 166, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

16.9.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 166, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

16.10. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento (art. 167 da Lei nº 14.133/2021).

16.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

16.12. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

17.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

17.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

17.5. A anulação do processo licitatório induz à da ata de registro de preços e do contrato.

17.6. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

18. CONTRATO ADMINISTRATIVO

18.1. REGRAS PARA FORMALIZAÇÃO

18.1.1. O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos

contratos e as disposições de direito privado (art. 89, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2. A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 90, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (art. 90, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.2. Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor (art. 90, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos (art. 90, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá (a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; (b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição (art. 90, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.6. É possível que a Administração convoque os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de

fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.3. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial (art. 91, *caput* da Lei nº 14.133/2021)

18.1.3.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento (art. 91, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.3.2. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo (Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.4. Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente ao disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.4.1. O contrato administrativo poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço no caso de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor (art. 95, II), aplicando no que couber o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021 (art. 95, II c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.4.2. O contrato terá seu preço reajustado pelo índice IPCA-e com data-base vinculada à data do orçamento estimado (art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.4.2.1. Poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos (art. 92, § 3º, [parte final] da Lei nº 14.133/2021).

18.1.5. O contrato administrativo será publicado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

18.1.6. No caso de consórcio: fica condicionada a assinatura do contrato a (art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);
II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).
18.1.7. Obrigações do CONTRATADO:
a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

b) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

c) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

d) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

e) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

h) Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.

i) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;

j) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do

contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

18.1.8. Obrigações do CONTRATANTE:

a) Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

b) Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.

c) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

d) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;

e) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.

f) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;

g) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.

h) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.

i) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

j) Efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

k) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;

l) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;

m) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;

n) Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.

18.1.9. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 137, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

18.1.9.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.9.2. O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

18.1.9.3. A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.1.9.3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.1.9.3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

a) Devolução da garantia;
b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
c) Pagamento do custo da desmobilização.

18.1.9.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
c) Execução da garantia contratual para:
a) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
b) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
c) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
d) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

18.1.9.4.1. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

18.1.9.4.2. Na hipótese do inciso II o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

18.1.9.5. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

19. GESTÃO DO CONTRATO / ATA

19.1. A gestão do contrato caberá ao senhor Eder Picoli, prefeito Municipal.

19.2. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO / ATA

19.2.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela senhora Silmara Fabiane Bratz da Silva, Diretora de Cultura, em observância ao disposto no art. 117 e seguintes da Lei 14.133/2021
19.2.2. A Administração poderá designar outro(s) fiscal(ais), quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à(s) fornecedora(s), sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

19.2.3. Ao fiscal do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar nas respectivas Notas Fiscais, a efetiva prestação dos serviços para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer, tudo devidamente formalizado.

19.2.4. A ação de fiscalização não exonera a(s) contatada(s) de suas responsabilidades contratuais.

20. RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1. O objeto será recebido (art. 140, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

I - Em se tratando de obras e serviços:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

II - Em se tratando de compras:

a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

20.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

20.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

20.4. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme Decreto Municipal nº 259/2022 (art. 140, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

20.5. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado (art. 140, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

20.6. Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto (art. 140, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

20.7. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

21. PAGAMENTO DO OBJETO

21.1. No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (art. 141, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

I - Fornecimento de bens;
II - Locações;
III - Prestação de serviços;
IV - Realização de obras.

21.2. A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações (art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
II - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
III - Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
IV - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

21.3. A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização (art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

21.4. A Administração Pública Municipal deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem (art. 141, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

21.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento (art. 143 da Lei nº 14.133/2021).

21.6. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços (art. 145, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

21.6.1. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser **previamente justificada** no processo licitatório (art. 145, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

21.6.2. Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido (art. 145, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

21.7. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (art. 146 da Lei nº 14.133/2021).

22. DAS RETENÇÕES

22.1 - Quando se tratar de contratação de bens e serviços em geral:

21.1.1 - O Município reserva-se no direito de descontar (reter) do pagamento devido à Contratada os valores decorrentes de tributos legalmente estabelecidos quais sejam:
a) ISSQN – A alíquota correspondente ao serviço previsto nos subitens do ANEXO II – LISTA DE FATOS GERADORES E ALÍQUOTAS DO ISS, o qual integra a Lei Complementar Municipal nº 054/2017, que terá como base de cálculo o preço total do serviço. Das empresas Optantes do Simples Nacional, será descontado (retido) a alíquota correspondente, com base no faturamento dos últimos 12 (doze) meses, devendo o valor estar destacado na respectiva nota fiscal.
b) IRPJ – O Imposto de Renda será retido na fonte, nos termos e percentuais definidos no Decreto Municipal nº 95/2023, de 18 de abril de 2023, exceto das entidades que possuem imunidade tributária, das empresas optantes do Simples Nacional e dos Microempreendedores Individuais (MEI).

22.2 - Quando se tratar de contratação de obra global:

21.2.1 - O Município reserva-se no direito de descontar (reter) do pagamento devido à Contratada os valores decorrentes de tributos legalmente estabelecidos quais sejam:
a) ISSQN – A alíquota de 4,0% (quatro por cento), que terá como base de cálculo o preço total do serviço, dele podendo ser deduzido somente o valor das mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitos ao ICMS, conforme previsto nos subitens 7.02 e 7.05 do ANEXO II – LISTA DE FATOS GERADORES E ALÍQUOTAS DO ISS, o qual integra a Lei Complementar Municipal nº 054/2017, c/c com a Lei Complementar Nacional nº 116/2003. Das empresas Optantes do Simples Nacional, será descontado (retido) a alíquota correspondente, com base no faturamento dos últimos 12 (doze) meses, devendo o valor estar destacado na respectiva nota fiscal;
b) IRPJ – O Imposto de Renda será retido na fonte, nos termos e percentuais definidos no Decreto Municipal nº 95/2023, de 18 de abril de 2023, exceto das empresas optantes do Simples Nacional e dos Microempreendedores Individuais (MEI).

23. PENALIDADES

23.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato:

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

23.2. Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

I	Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
I	Multa de 10% sobre o valor global do contrato.	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
I	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e	II III IV V VI

	indireta do Município de Caibi, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
I'	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	VIII IX X XI XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
II - As peculiaridades do caso concreto;
III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4. Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

I - Inciso II do item 21.1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

II - Incisos III e IV do item 21.1:

a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

b) O licitante ou o contratado será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

e) A sanção prevista no inciso IV do item 23.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);

f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

23.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

23.6. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

23.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito

procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

23.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

23.9. A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

23.10. A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto no regulamento municipal (art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

23.11. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 21.2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

23.11.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

23.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Caibi, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021).

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

23.12.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato*) e XII (*Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*) do *caput* do item 21.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. É facultado ao **pregoeiro** ou ao Prefeito Municipal, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

24.2. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

24.3. Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Caibi, portanto, serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso municipal.

24.4. Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

II - Página do Município de Caibi (www.caibi.sc.gov.br);

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);

IV - Jornal diário de grande circulação local (art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

25. DOS ANEXOS

25.1. São anexos deste edital:

I - Estudo Técnico Preliminar – ETP;

II - Termo de Referência – TR;

III - Orçamento máximo;

IV - Minuta do Contrato Administrativo;

V - Municípios com benefício local/regional.

25.2. As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da

Comarca Palmitos - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Caibi - SC, 30 de setembro de 2026.

LEONARDO GALLON:03911978944

Assinado de forma digital por LEONARDO GALLON:03911978944
Dados: 2026.09.30 09:26:04 -03'00'

LEONARDO GALLON
Prefeito Municipal em exercício

Este edital se encontra examinado e aprovado pela assessoria jurídica deste município.

TAISON GASPARIN
OAB/SC 52373

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º)

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade a ser especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente esta necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Enquanto elemento essencial ao planejamento do suprimento governamental, o Estudo Técnico Preliminar, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, auxilia na confecção, na sequência, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes do processo de aquisição.

Vê-se, portanto, que as finalidades do ETP estão dirigidas, dentre outras, a analisar a viabilidade técnica da almejada aquisição, bem como avaliar todos os aspectos necessários e suficientes à aquisição[3].

O papel do ETP, não obstante previsão legal, tem respaldo na doutrina administrativista brasileira, conforme nos traz a professora Tatiana Camarão[4]:

> Entende-se que um dos principais documentos da etapa de planejamento é o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o qual se destina a identificar e analisar a necessidade pungente projetada pela unidade administrativa ao realizar o seu planejamento estratégico e o plano anual de aquisição, buscando evidenciar o problema a ser resolvido, assim como as soluções possíveis, com fins de avaliar as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de aquisição. Nota-se, portanto, que o ETP assume função estratégica na engrenagem das contratações públicas, pois pavimenta o caminho para o atendimento da demanda ao avaliar os cenários possíveis e demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções disponíveis. Em decorrência disto, esse documento vem sendo exigido em vários normativos e trouxe à tona dúvidas em relação à sua

[3] TCU. Acórdão 1273/2007-Plenário. Relatório de Levantamento. Relator Min. Ubiratan Aguiar. Sessão de julgamento em 27.06.2007. Enunciado: "Os estudos técnicos preliminares devem demonstrar a viabilidade técnica a partir de todos os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar a obra, com indicações dos estudos técnicos e ambientais, avaliação do seu custo, definição dos métodos e do prazo de execução."

[4] CAMARÃO, Tatiana. **Estudo Técnico Preliminar:** arquitetura, conteúdo e obrigatoriedade. Disponível em: http://www.novaleilicitacao.com.br/2020/01/03/estudo-tecnico-preliminararquitetura-conteudo-obrigatoriedade-e-a-previsao-no-pl1292-95/. Acesso em: 06 de novembro de 2025.

> produção, conteúdo, momento adequado para sua elaboração e aplicabilidade nas contratações públicas.

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo precípuo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda (DFD), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de aquisição.

Bem por este motivo, aliás, disciplina o § 1º do artigo 18 da Lei n. 1.4133/2021 quanto à própria função do ETP em relação às licitações:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na aquisição, compreendidos:
>
> I - a descrição da necessidade da aquisição fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
>
> [...]
>
> § 1º. O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da aquisição, e conterá os seguintes elementos:
>
> I - A descrição da necessidade da aquisição, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
>
> II - A demonstração da previsão da aquisição no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
>
> III - Os requisitos da aquisição;
>
> IV - As estimativas das quantidades para a aquisição, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
>
> V - O levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
>
> VI - A estimativa do valor da aquisição, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
>
> VII - A descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
>
> VIII - As justificativas para o parcelamento ou não da aquisição;

> IX - O demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

O próprio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), já editou prejulgado acerca da importância do Estudo Técnico Preliminar (ETP):

> **Prejulgado: 2414**
>
> 1. O Estudo Técnico Preliminar – ETP - é instrumento essencial ao planejamento das contratações, servindo de subsídio para as demais fases da licitação e de amparo para as decisões do gestor público.
>
> 2. Embora, em regra, a Lei n. 14.133/21 não possibilite a dispensa do ETP, o art. 18, §2º, permite que seja elaborado "ETP simplificado", hipótese em que o gestor deve justificar a omissão das exigências facultativas.
>
> 2.1. A fim de proporcionar maior segurança jurídica, recomenda-se que conste em regulamento as hipóteses em que se poderá elaborar "ETP simplificado" ou dispensar as exigências facultativas.
>
> 3. Nas contratações que utilizem catálogo eletrônico de padronização, previsto no art. 19, II, da Lei n. 14.133/21, poderá o ETP ser dispensado, desde que já tenha sido realizado por ocasião da inclusão do item em tal catálogo e conste declaração de que os parâmetros utilizados no estudo anterior não se modificaram.
>
> 4. O art. 72, I, da Lei n. 14.133/21 possibilita a dispensa do Estudo Técnico Preliminar nos casos de contratação direta, devendo tal procedimento ser adotado em situações excepcionais, nos termos de regulamento.
>
> 4.1. Cabe ao ente federativo com competência regulamentar realizar uma análise de proporcionalidade das situações em que permitirá a dispensa do ETP, considerando o tempo disponível para a contratação, o valor e a complexidade do objeto, em especial, quanto ao prévio conhecimento da solução a ser contratada.
>
> 4.2. Ainda que regulamentadas as situações em que seja dispensado o ETP, é necessário que conste no processo a devida justificativa para sua dispensa.
>
> 4.3. A elaboração de ETP simplificado nas licitações ou sua dispensa, nas hipóteses de utilização de catálogo eletrônico de padronização e de contratação direta, deve ser alvo de avaliação e justificação exarada pela autoridade competente, dada a importância de tal instrumento para o planejamento das aquisições públicas, bem como para garantir maior segurança jurídica aos envolvidos na tomada de decisão.

O Estudo Técnico Preliminar é, portanto, um artefato essencial ao planejamento e suporte para as contratações públicas, posto que antecede a fase externa da licitação, balizando a administração no sentido de adotar a melhor alternativa para satisfação da necessidade, ao passo que visa atender

ao interesse público, alicerçado, especialmente, nos princípios da legalidade, moralidade, planejamento, economicidade, efetividade, dentre outros correlatos.

2. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DECORATIVOS NATALINOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ELEMENTOS DECORATIVOS NA PRAÇA CENTRAL PEDRO ANTONIO BIGATON E EM OUTROS LOCAIS DESIGNADOS NO MUNICÍPIO PARA O DOCE NATAL DE CAIBI – SC.

3. ÁREA(S) REQUISITANTE(S)

SECRETARIA/DEPARTAMENTO	RESPONSÁVEL
Departamento de Cultura	Silmara Fabiane Bratz da Silva

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Caibi/SC possui reconhecida tradição na realização de festividades natalinas, sendo oficialmente reconhecido como “Capital Catarinense das Festividades Natalinas”, título que evidencia a relevância das celebrações de Natal para a identidade cultural, turística e econômica do Município.

Nesse contexto, a realização do projeto “Doce Natal de Caibi” constitui importante ação do calendário municipal, contribuindo para a valorização das tradições locais, o fortalecimento do turismo, a movimentação do comércio e dos serviços, a integração da comunidade e a atração de visitantes de outros municípios da região.

A necessidade da presente contratação decorre da insuficiência de materiais, estruturas, equipamentos e mão de obra especializada disponíveis na Administração Municipal para a execução integral da decoração natalina, considerando a dimensão dos espaços públicos envolvidos, a quantidade e diversidade dos elementos decorativos, bem como a necessidade de instalação técnica, manutenção, conservação e posterior desmontagem das estruturas.

A contratação pretende, portanto, solucionar a necessidade de implantar, manter e posteriormente retirar uma estrutura de decoração natalina adequada,

mediante o fornecimento dos materiais e a execução dos serviços de montagem, instalação, manutenção, reparos, desmontagem e retirada dos elementos decorativos, conforme planejamento e orientações da Administração Municipal.

Ademais, a própria Lei Orgânica do Município de Caibi[5] prevê o incentivo à cultura:

> Art. 119 O Município de Caibi, em ação conjunta e integrada com a União e o Estado, assegurará os direitos relativos à educação, à saúde, à alimentação, à cultura, à capacitação ao trabalho, à assistência social, à segurança pública, ao lazer, ao desporto e ao meio ambiente equilibrado, priorizando a pessoa humana.
>
> [...]
>
> Art. 126 O Município, em ação conjunta e integrada com a União e o Estado, assegurará os direitos relativos à educação, à saúde, à alimentação, à habitação, à cultura, à capacitação ao trabalho, à assistência social, à segurança pública, ao lazer, ao desporto e ao meio ambiente equilibrado, priorizando a pessoa humana.
>
> [...]
>
> Art. 160 O Município instituirá e manterá programas de incentivo à leitura, à pesquisa científica, a manifestações culturais e artísticas, de promoção de eventos culturais, feiras científicas e de divulgação da cultura local, dos seus vários grupos étnicos, todos voltados ao incremento da cultura popular.

Sob a perspectiva do interesse público, a iniciativa justifica-se pela necessidade de preservar e fortalecer a identidade de Caibi como referência estadual em festividades natalinas, qualificando os espaços públicos e proporcionando ambientes destinados à convivência, lazer, cultura e integração da comunidade.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e adequada ao interesse público, permitindo que o Município disponha de uma decoração natalina compatível com o título de “Capital Catarinense das Festividades Natalinas”, assegurando a qualidade, segurança, organização e atratividade dos espaços públicos durante a realização do “Doce Natal de Caibi” e contribuindo para o fortalecimento da cultura, do turismo, da economia e da integração social no Município.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens objeto da presente contratação possuem natureza de **bens comuns**, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem

ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, considerando a natureza comum dos bens e a possibilidade de definição objetiva das especificações, características, quantidades e padrões de qualidade exigidos pela Administração.

A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência, nos demais anexos e na proposta apresentada, responsabilizando-se pela entrega dos materiais nas condições, quantidades, especificações, prazos e locais estabelecidos pela Administração Municipal.

Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, de boa qualidade e adequados à finalidade a que se destinam, atendendo integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

A contratada será responsável por todos os custos decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, acondicionamento e demais despesas necessárias à entrega dos materiais em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o Município.

Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, de modo a evitar danos, quebras, avarias ou qualquer prejuízo durante o transporte e manuseio.

Os materiais que forem entregues em desacordo com as especificações estabelecidas, apresentarem defeitos, avarias ou qualquer outra irregularidade deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização.

A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, observadas as disposições do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O recebimento dos materiais não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança, adequação e conformidade dos produtos fornecidos, permanecendo responsável pela correção de eventuais vícios ou desconformidades identificados posteriormente.

O descumprimento injustificado das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas nos arts. 156 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais medidas legais e contratuais cabíveis.

Deverão ser observados, ainda, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade,

planejamento, transparência e interesse público, bem como as demais disposições aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Para atendimento da necessidade apresentada, foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado para a execução da decoração natalina do Município de Caibi, considerando a necessidade de aquisição dos materiais decorativos e dos materiais de iluminação natalina, bem como a contratação de empresa especializada exclusivamente para os serviços de instalação, acendimento, manutenção e retirada da iluminação natalina.

Foram consideradas as seguintes alternativas:

a) Aquisição dos materiais e execução dos serviços com mão de obra própria: consiste na aquisição dos materiais decorativos e de iluminação pelo Município, utilizando servidores e estrutura própria para realizar a instalação, acendimento, manutenção e retirada da iluminação natalina.

b) Aquisição dos materiais e contratação de empresa especializada para os serviços de iluminação: consiste na aquisição, pelo Município, dos materiais decorativos e dos materiais de iluminação natalina, com a contratação de empresa especializada exclusivamente para realizar a instalação, acendimento, manutenção e retirada da iluminação, conforme especificações e locais definidos pela Administração.

c) Contratação de empresa para fornecimento dos materiais e execução integral dos serviços: consiste na contratação de empresa para fornecer os materiais decorativos e de iluminação e executar os serviços relacionados à instalação, acendimento, manutenção e retirada da iluminação natalina.

Após análise das alternativas, verificou-se que a aquisição dos materiais decorativos e de iluminação pelo Município, juntamente com a contratação de empresa especializada exclusivamente para instalação, acendimento, manutenção e retirada da iluminação natalina, apresenta-se como a solução mais adequada às necessidades da Administração Municipal.

Do ponto de vista técnico, a aquisição dos materiais permite que estes permaneçam sob posse do Município, possibilitando seu armazenamento e reutilização em futuras edições do Doce Natal de Caibi, contribuindo para a formação de um acervo próprio de materiais decorativos e de iluminação.

A contratação de empresa especializada para os serviços de iluminação justifica-se pela necessidade de utilização de mão de obra, equipamentos, ferramentas e conhecimentos técnicos adequados para a instalação e

manutenção dos elementos luminosos, especialmente aqueles instalados em árvores, estruturas, prédios públicos, praças, acessos e demais locais definidos pela Administração.

Ressalta-se que os serviços a serem contratados ficarão restritos aos elementos de iluminação natalina, compreendendo sua instalação, acendimento, manutenção durante o período das festividades e posterior retirada. Não fazem parte dos serviços de mão de obra contratados a montagem, instalação, manutenção ou retirada dos demais elementos decorativos não luminosos, cuja instalação e demais providências relacionadas serão realizadas diretamente pelos funcionários da Prefeitura Municipal, ficando tais serviços sob responsabilidade da Administração Municipal e tratados de forma distinta da presente contratação.

Do ponto de vista econômico, a aquisição dos materiais pelo Município apresenta vantagem em razão da possibilidade de reutilização em exercícios posteriores. A contratação separada da mão de obra especializada para a iluminação permite que o Município mantenha a propriedade dos materiais e, ao mesmo tempo, conte com profissionais capacitados para sua instalação e manutenção.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

A solução proposta consiste na aquisição de materiais decorativos e materiais de iluminação natalina, destinados à composição da decoração do projeto Doce Natal de Caibi, bem como na contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de instalação, acendimento, manutenção e retirada da iluminação natalina nos espaços públicos definidos pela Administração Municipal.

Os materiais a serem adquiridos compreenderão, entre outros, cordões de LED, mangueiras luminosas, cascatas, refletores, conectores, elementos decorativos iluminados e demais componentes necessários à decoração natalina, além de materiais decorativos diversos destinados à composição dos cenários e espaços temáticos.

Os materiais adquiridos integrarão o patrimônio municipal, possibilitando sua reutilização em futuras edições do evento, contribuindo para a economicidade, a redução de custos em exercícios posteriores e a ampliação gradual do acervo decorativo do Município.

A empresa contratada para prestação dos serviços será responsável exclusivamente pela instalação, acendimento, manutenção preventiva e corretiva e posterior retirada dos elementos de iluminação natalina, incluindo os

materiais adquiridos pelo Município e os já pertencentes ao patrimônio municipal, observando as normas técnicas de segurança e as orientações da Administração.

Durante o período das festividades, a contratada deverá manter equipe e estrutura adequadas para atendimento das demandas relacionadas ao funcionamento da iluminação natalina, realizando os reparos, substituições, ajustes e demais intervenções necessárias para garantir o pleno funcionamento dos elementos luminosos.

A manutenção compreenderá, quando necessário, a substituição de conexões, ajustes em instalações, reposicionamento de elementos luminosos e demais serviços indispensáveis à continuidade da iluminação, ficando os materiais de reposição sob responsabilidade da Administração Municipal, salvo quando os danos decorrerem de falha na execução dos serviços prestados pela contratada.

Os serviços deverão ser executados com observância das normas de segurança do trabalho, das normas técnicas aplicáveis às instalações elétricas e dos procedimentos necessários para garantir a segurança dos trabalhadores, dos usuários dos espaços públicos e do patrimônio municipal.

Ao término das festividades, a contratada deverá realizar a retirada da iluminação natalina, bem como a organização e acondicionamento dos materiais, de forma a possibilitar seu armazenamento e reutilização em futuras edições do evento.

A solução adotada busca assegurar maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, valorização dos espaços urbanos, fortalecimento das tradições culturais e promoção do turismo, contribuindo para a realização do Doce Natal de Caibi, evento consolidado e reconhecido no Município, denominado Capital Catarinense das Festividades Natalinas.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHES DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA

Item	Qtd	Und	Descrição	Vlr. Unit.	Total

01	01	Ser.	Contratação de empresa para executar a instalação, acendimento e a retirada da iluminação natalina como: mangueiras luminosas, tubos de led, cordões de led, cascatas, cortinas de led, máquinas de neve e máquinas de bolhas entre outros, na praça Pedro Antônio Bigaton. Sendo que na área coberta, pilares com luzes, na parte interna da área coberta cascatas e cordões de led, nas entradas da mesma colocação de estrelas. Instalação de cordões de led na figueira, e em árvores na praça aproximadamente 50 árvores com cordão de led e em torno de 30 árvores com mangueiras. No presépio instalação de cascatas, refletores, espeto de estrelas. Na casinha do papai Noel luzes ao redor e no telhado, instalação de decoração com luzes na parte da frente da casinha, refletores na parte interna da casinha. Instalação de estruturas já decoradas na calçada em frente a praça. Instalação de cabos dos pinheiros na Vila dos Pinheiros. Na Igreja Matriz instalação de refletores e cascata. Nos acessos de entradas do Município com instalação de pinheiros iluminados e cascatas no portal de bem-vindos a Caibi. No prédio da Prefeitura Municipal na entrada com cascatas. A retirada dos materiais deve acontecer entre os dias 12 à 23 de janeiro de 2027, devem ser devidamente organizados e guardados. Os serviços de muque para a instalação de luzes onde necessita do mesmo ficará de responsabilidade do contratado pelo serviço.	104.766,18	104.766,18
02	20	Und.	CASCATA 400 LED COM STROBO (340 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 10 METROS DE COMPRIMENTO, com 50 caídas: 65 cm, 55 cm e 45 cm, fio branco com diâmetro 1,8 mm, de uso externo com resina de proteção IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 4 cordões totalizando 40 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora	123,25	2.465,00

			IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores BRANCO QUENTE, com fio verde.		
03	300	Und.	CORDÃO 300 LED FIXO, COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO, 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores BRANCO QUENTE, com o fio da mesma cor do LED.	91,29	27.387,00
04	600	Und.	CORDÃO 300 LED FIXO, COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO**,** 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor branco, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Na cor BRANCO FRIO com fio branco.	85,99	51.594,00
05	200	Und.	CORDÃO 300 LED COM STROBO (240 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO**,** 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores, BRANCO FRIO, com fio verde.	106,41	21.282,00

06	200	Und.	CORDÃO 300 LED COM STROBO (240 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO**,** 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Na cor VERMELHO, com fio da cor do led.	102,12	20.424,00
07	1.500	Und.	Mangueira redonda, 12mm,100m, led FIXO, 28 led/ metro, 04 rabichos, 02 emendas, 04 pontas silicone, corte / metro 5W/metro, 220v, 12mmx100m nas cores branco frio, branco quente e verde a serem definidas.	1.026,50	15.397,50
08	08	Und.	REFLETOR LED IP 66, 100W,220v, BRANCO FRIO(3000-3500k), preto,em alumínio e vidro,luminosidade(aproximadamente 10.000 lúmens).Ângulo de abertura 120°.Dimensões cm(28Ax23Lx8E)Peso:1000g.ProteçãoIP67(resistente à agua e poeira). PARA USO EXTERNO	39,24	313,92
09	06	Und.	REFLETOR LED IP 66, 100W,220v, BRANCO QUENTE (3000-3500k), preto, em alumínio e vidro, luminosidade(aproximadamente 10.000 lúmens).Ângulo de abertura 120°.Dimensões cm(28Ax23Lx8E)Peso:1000g.ProteçãoIP67(resistente à agua e poeira).PARA USO EXTERNO	46,79	280,74
10	100	Und.	Conector para mangueira luminosa 12mm.	15,50	1.550,00
11	03	Und.	Doce Cupcake Engrossado Com Um Coração No Topo, (Altura 1,50m X 1,35m Largura X O,20m de Profundidade) composto por um cupcake engrossado com coração no topo, o mesmo possui 3 camadas sendo a forma, o papel e o bolo com um coração no topo, a forma deve ser da mesma cor que o coração no topo o bolo e o papel devem ser de cores diferentes. Produzido em estrutura metálica, de	4.247,37	12.742,11

			tubos metalon 20x20 de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base dos leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir		
12	01	Und.	Bengala Dupla Engrossada (Altura 2m X 1,2m Largura X 0,20m de Profundidade), composto por duas bengalas engrossadas de tamanhos diferentes sendo uma virada de costa para outra, as bengalas devem possuir 15 listras sendo 7 de uma cor e 8 de outra, seguindo um padrão de sim/não. Produzida em estrutura metálica, de tubos metalon 20x20 de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44.	5.457,90	5.457,90
13	01	Und.	Kit Duas Vela Tridimensional Com Chama, (Altura 1,30m X 30m Largura X 30cm Profundidade), composto por duas velas redondas tridimensionais com chama no topo, a chama possui 6 hastes curvas formando uma chama tridimensional. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida	7.260,00	7.260,00

			epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir.		
14	04	Und.	Painel Bala Embalada (Altura 0,75m X 1,50m Largura), composta de bala embalada com espiral no centro, a mesma deve ser no formato circula começando no topo e indo até o centro, a mesma também possui duas abas uma em cada lado simulando uma embalagem de uma bala. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir.	1.300,00	5.200,00
15	400	Und.	Festão Aramado Verde Pvc, 200 Galhos Com 5 Cm, medindo 2,7 metros com 25 cm de diâmetro.	47,47	18.988,00
1**6**	10	Und.	Tecido sintético tipo juta (tela de polipropileno), com inserção de fios metalizados brilhantes (tipo lurex) dispostos ao longo da trama, entre 110 g/m² e 115 g/m², garantindo consistência, opacidade adequada e resistência ao manuseio, 1,00 de largura x 10m de comprimento nas cores verde (5 rolos) e vermelho (5 rolos).	435,61	4.356,10

17	100	Und.	FESTÃO ARAMADO VERDE NEVADO EM PVC, CONTENDO 220 GALHOS COM 5 CM DE LARGURA, medindo 2,7 metros de comprimento com 30 cm de diâmetro.	75,49	7.549,00
18	200	Und.	Haste/Galho decorativo natalino de Azevinho artificial, composto por uma haste central ramificada em 05 (cinco) a 07 (sete) galhos secundários, cada galho deve conter conjuntos de pequenas esferas (*berries* / bagas de cereja natalina) de alto brilho e folhas características de azevinho verdes acetinadas.	37,98	7.596,00
19	150	Und.	Flor de Natal, poinsétia vermelha 23cm, aveludada, Composto de 5 a 7 galhos (hastes secundárias) ramificados a partir de uma haste principal central. Pétalas em tecido sintético aveludado de alta densidade, hastes com arame flexível revestido em plástico verde.	36,33	5.449,50
20	150	Und.	Flor de Natal, poinsétia Champanhe 23cm, aveludada, Composto de 5 a 7 galhos (hastes secundárias) ramificados a partir de uma haste principal central. Pétalas em tecido sintético aveludado de alta densidade, hastes com arame flexível revestido em plástico verde.	46,00	6.900,00
21	120	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 15 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha	31,09	3.730,80
22	120	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 20 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha	42,09	7.576,20
23	180	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 30 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha	87,88	15.818,40
24	150	Und.	Tira de luz de led, com alimentação a pilha AA, na cor branco frio, led 5v, 2 metros cada tira. Com 120 led	75,52	11.328,00
25	200	Und.	Fio de fada, cordão de led, 5 metros, alimentação a pilha AA, branco frio.	46,97	9.394,00

26	20	Und.	FITA DE NATAL ARAMADA, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, COMPRIMENTO 10 METROS, LARGURA: 50MM, NA COR VERMELHA.	57,40	1.148,00
27	600	Und.	Pilha alcalina AA.	7,36	4.416,00
28	200	Und.	Cordão 150 Led blindado Com Strobo (120 Fixos, 30 Strobo Na mesma Cor), Com Extensão De 15 Metros De Comprimento, lâmpadas com 7mm de espessura na ponta, fio com diâmetro 2,3 mm na cor do led, de uso externo com resina de proteção na base do led IP65, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V, potência de 10 Watts. Leds na cor BRANCO QUENTE.	127,13	19.069,50

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

Nesta primeira etapa da contratação, ou seja, no Estudo Técnico Preliminar, a estimativa do valor do objeto/serviço será abordada de forma sintética, com o fim especial de oferecer uma referência inicial, no que tange aos valores envolvidos para a requerida contratação, a fim de se apurar a viabilidade econômica da mesma.

Adota-se este formato de análise, pois é o entendimento, inclusive, de estudiosos do assunto, como Joel de Menezes Niebuhr[6] :

> Pela redação dos dispositivos da Lei n. 14.133/2021, é um tanto quanto confuso precisar o momento em que se deve proceder à pesquisa de preços no mercado e definir o orçamento estimado. De acordo com ordem dos incisos do artigo 18, o processo inicia com o estudo técnico preliminar, depois termo de referência/projetos e, na sequência, o orçamento estimado. A lógica confirmaria essa sequência: primeiro, define-se exatamente o que se quer e, depois, vai-se apurar o preço

[6] **Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos** / Joel de Menezes Niebuhr et al. 2. ed. Curitiba: Zênite, 2021. 1. 283p. Disponível em: https://www.zenitenews.com.br/materiais/livros/nova_lei_ed02.pdf. Acesso em: 23/04/2025.

> desse objeto de mercado. Sem definir o objeto é difícil apurar preços, porque, por óbvio, os preços variam conforme as variações dos objetos. No entanto, o inciso VI do §1º do artigo 18 exige que o estudo técnico preliminar já apresente “estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo”. Quer dizer que o documento que dá a largada na etapa preparatória já pressupõe o orçamento, porque estimativa do valor da contratação decorre de algum tipo de orçamentação, ainda que mais simples. É digno de nota que o dispositivo, contudo, não se contenta com algo mais simples, porque exige a indicação de preços referenciais e memórias de cálculo. Para complicar ainda mais, a alínea “i” do inciso XXIII do artigo 8º da Lei n. 14.133/2021 exige que o termo de referência também aponte as estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado. Para não perder o passo, a alínea “f” do inciso XXV do artigo 8º da Lei n. 14.133/2021 exige que o projeto básico, por sua vez, apresente "o orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados”. Trocando-se em miúdos, o orçamento deve estar no estudo técnico preliminar e também deve estar no termo de referência ou projeto básico. Dois orçamentos sequenciais. Diante de toda essa confusão, propõe-se a seguinte interpretação: faz-se um orçamento preliminar quando do estudo técnico preliminar, mais simples, sem pesquisa aprofundada de mercado, podendo-se valer de comparativo com contratos antigos do próprio órgão ou entidade ou, no caso de engenharia, utilizando-se de metodologia expedita ou paramétrica. Depois, como uma das atividades necessárias para a elaboração do termo de referência ou do projeto básico, definida a especificação do objeto a ser licitado e contratado, faz-se o orçamento definitivo e mais rigoroso, de acordo com os critérios definidos na Lei n. 14.133/2021. Então, dois orçamentos, um preliminar e outro definitivo. O melhor é que fosse só um, seria mais racional e simples, porém, essa não foi a opção do legislador, apegado que foi ao modelo burocrático disfuncional.

Já no que concerne às formas trazidas para fixação de parâmetros de valores, trazemos o que dispõe o art. 23 da Lei Federal n° 14.133/2021:

> Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
>
> § 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:
>
> I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de

preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o **caput** deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

> § 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.
>
> § 6º Na hipótese do § 5º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo.

Tendo em vista a natureza do procedimento, contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais decorativos e de iluminação, bem como para prestação dos serviços de instalação, manutenção e retirada da iluminação natalina, adotar-se-á, como estimativa inicial do valor da contratação, os valores apurados em pesquisas de mercado e em contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública.

Para fins de definição dos preços referenciais, serão considerados os valores obtidos por meio de orçamentos junto a fornecedores do ramo, consultas a sistemas oficiais de preços, conforme documento em anexo ao processo.

Neste sentido, estimasse o valor (R$390.254,92), para realização decoração, prestação de serviço de montagem, instalação e desmontagem de elementos decorativos para o doce natal de Caibi.

Por tudo isso, reitera-se, por fim, que a pesquisa de preços deverá ser melhor detalhada e aprofundada no Termo de Referência, a qual servirá como parâmetro final para a contratação ora pretendida.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

É sabido que compete à administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação dos produtos e serviços, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes, já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípuo da licitação, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021.

Nessa linha é a lição de Marçal Justen Filho[7]:

[7] JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 7ª

> "Como regra, as contratações promovidas pela Administração apresentam um custo. Esse custo consiste não apenas no montante de recursos públicos transferidos a terceiros. Mais que isso, o custo imposto à Administração se relaciona com a necessidade de opção entre diversas soluções mutuamente excludentes. Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. Por isso, existe o dever de a Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação porque isso lhe assegurará a possibilidade de desenvolver outras atividades com os recursos remanescentes. A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração."

Mais adiante aduz ainda o mesmo autor:

> "Proíbe-se a aplicação de recursos públicos em empreendimentos com dimensões não estimadas ou estimadas em perspectivas irreais, inexequíveis, onerosas ou não isonômicas. Não poderá ser desencadeado um empreendimento sem serem cumpridas todas as exigências prévias. Nem sequer poderá iniciar-se a licitação sem o cumprimento de tais requisitos, que se inserem na fase interna da atividade administrativa. (...) As duas finalidades básicas da etapa interna: A primeira finalidade da Lei é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. Outra finalidade legal é promover uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos. A definição do contrato e a fixação das condições da licitação. Para atingir essas duas finalidades, é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e a conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado. Essa é a primeira etapa a ser cumprida pela Administração."

A própria jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU)[8] vai neste sentido:

---

ed., 2000, p. 109.

[8] Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/sumula/*/KEY%253ASUMULA-EJURIS-34240/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMEROINT%2520desc/0. Acesso em 05 de maio de 2025.

> SÚMULA TCU 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

A partir dessas premissas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto, sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes, com vistas à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação –, propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Na aplicação deste princípio, o §1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

O não parcelamento do objeto, seja para os fins da adoção de um objeto único ou mesmo do agrupamento de itens em lotes – que por óbvio devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor –, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese, reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote pelos particulares, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados.

Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

Neste sentido, concluímos que nossa análise aponta para o PARCELAMENTO do objeto de modo a possibilitar a adequada separação entre

o fornecimento dos materiais decorativos e de iluminação e a prestação dos serviços de instalação, manutenção e retirada da iluminação natalina.

O parcelamento busca ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de empresas que atuem especificamente no fornecimento de materiais e de empresas especializadas na execução dos serviços de instalação e manutenção, evitando a concentração de objetos de naturezas distintas em uma única contratação.

O parcelamento não compromete a funcionalidade, a qualidade ou o resultado final pretendido, uma vez que as obrigações de cada contratação serão claramente definidas e deverão ser executadas de forma coordenada, conforme o cronograma estabelecido pela Administração.

Dessa forma, o parcelamento mostra-se adequado por promover maior competitividade, possibilitar a obtenção de melhores condições de contratação e proporcionar maior eficiência na gestão dos recursos públicos, sem prejuízo da execução integral do projeto Doce Natal de Caibi.

11. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

A presente contratação não está prevista no Plano Anual de Contratações.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

Com a presente contratação, pretende-se assegurar a realização do projeto Doce Natal de Caibi de forma planejada, organizada e eficiente, garantindo a adequada utilização dos recursos públicos disponíveis e o alcance dos resultados de interesse público pretendidos pela Administração Municipal.

Em termos de economicidade, busca-se obter materiais decorativos e de iluminação e serviços de instalação, manutenção e retirada por preços compatíveis com os praticados no mercado, mediante adequada pesquisa de preços e definição de especificações que atendam às necessidades do Município, evitando aquisições desnecessárias, desperdícios e gastos incompatíveis com o objeto.

Quanto ao aproveitamento dos recursos humanos, a contratação permitirá que os servidores municipais não sejam sobrecarregados com atividades técnicas e operacionais que demandem mão de obra especializada,

possibilitando que a equipe da Administração concentre seus esforços no planejamento, acompanhamento, fiscalização e organização das festividades.

No que se refere aos recursos materiais, a aquisição dos itens permitirá que os materiais decorativos e de iluminação sejam incorporados ao patrimônio do Município, possibilitando sua utilização em futuras edições das festividades natalinas, sempre que apresentarem condições adequadas de conservação e funcionamento, promovendo maior aproveitamento dos bens adquiridos e reduzindo a necessidade de novas aquisições.

Quanto aos recursos financeiros, pretende-se realizar a contratação de forma planejada e compatível com a disponibilidade orçamentária, buscando a melhor relação entre custo e benefício, com definição adequada das quantidades e especificações e fiscalização da execução contratual.

Como resultado final, espera-se proporcionar uma decoração natalina segura, organizada, atrativa e de qualidade, contribuindo para a valorização dos espaços públicos, o fortalecimento da identidade de Caibi como Capital Catarinense das Festividades Natalinas, o incentivo ao turismo e ao comércio local e a oferta de um ambiente adequado para moradores e visitantes durante o período natalino.

Dessa forma, a contratação deverá proporcionar o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, garantindo eficiência, economicidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

Entende-se, a princípio, não haver providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato no que tange à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, visto se tratar de fornecimento de objetos sem alta complexidade técnica.

Ademais, estará previsto no Termo de Referência, no edital e no contrato administrativo o servidor designado, de acordo com sua área técnica e/ou funcional, que será responsável pela fiscalização e acompanhamento do objeto do contrato, o qual atestará a efetiva prestação dos produtos e serviços, poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos serviços/objetos, bem como desempenhar outras ações inerentes a correta, efetiva e eficiente execução do contrato.

No que concerne às demais etapas anteriores à celebração do contrato, a fim de que a mesma tenha êxito, será necessária a conclusão de outras fases, quais sejam:

a) Confecção do Estudo Técnico Preliminar;

b) Elaboração de minuta do edital;

c) Designação em portaria de pregoeiro, equipe de apoio, ou agente de contratação;

d) Elaboração de minuta do contrato;

e) Encaminhamento do processo para análise jurídica;

f) Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, acerca do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, pesquisa de preços, minuta de edital, minuta de contrato e demais anexos e documentos, se for o caso, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;

g) Publicação e divulgação do edital e anexos;

h) Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável, bem como julgamento de eventuais recursos interpostos, inclusive após a fase de sessão pública;

i) Realização do certame, com todas as suas respectivas etapas;

j) Assinatura e publicação do contrato;

k) Recebimento provisório dos itens licitados, com conferência pelo setor e/ou fiscal(is) designado(s);

l) Recebimento definitivo dos itens licitados, para posterior liquidação da despesa.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

A presente contratação, destinada à aquisição de materiais decorativos e de iluminação para o projeto Doce Natal de Caibi, bem como à prestação dos serviços de instalação, manutenção e retirada da iluminação natalina, apresenta potenciais impactos ambientais relacionados principalmente ao consumo de

energia elétrica, à geração de resíduos, ao descarte de materiais danificados e às embalagens provenientes do fornecimento dos produtos.

Como medida de mitigação, deverão ser priorizados, sempre que tecnicamente viáveis, equipamentos e elementos de iluminação com tecnologia LED, por apresentarem menor consumo de energia elétrica, maior eficiência energética e maior vida útil em comparação com tecnologias convencionais.

Os materiais elétricos e de iluminação deverão ser utilizados de forma racional, evitando-se o funcionamento desnecessário dos equipamentos fora dos períodos definidos pela Administração. Sempre que possível, deverão ser adotados dispositivos de controle de acionamento, temporizadores ou sistemas equivalentes que contribuam para a redução do consumo de energia.

Quanto à geração de resíduos, a contratada deverá evitar desperdícios de materiais durante a instalação e manutenção, promovendo a adequada separação e acondicionamento de embalagens, cabos, componentes elétricos, lâmpadas, materiais danificados e demais resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços.

Os materiais adquiridos pelo Município que apresentarem condições de reutilização deverão ser devidamente armazenados após o encerramento das festividades, visando sua utilização em futuras edições do evento, reduzindo a necessidade de novas aquisições e contribuindo para a economicidade e a sustentabilidade da contratação.

Quando houver materiais, componentes ou equipamentos sem possibilidade de reutilização, deverá ser observada a destinação ambientalmente adequada, priorizando-se a reutilização, recuperação, reciclagem ou outra forma de aproveitamento, quando tecnicamente possível.

As embalagens e resíduos decorrentes do fornecimento e da execução dos serviços deverão receber destinação adequada, evitando-se o descarte irregular em vias públicas, terrenos, cursos d'água ou outros locais inadequados.

Quando aplicável, deverá ser observada a logística reversa para materiais e componentes que estejam sujeitos a sistemas específicos de coleta e destinação ambientalmente adequada, especialmente aqueles que possam apresentar riscos ambientais quando descartados de forma inadequada.

A Administração deverá, ainda, orientar e fiscalizar a contratada quanto à adoção de práticas ambientalmente responsáveis durante a instalação, manutenção e retirada da iluminação, buscando minimizar a geração de resíduos, o consumo desnecessário de energia e outros impactos decorrentes da execução contratual.

Dessa forma, as medidas previstas buscam conciliar a realização das festividades natalinas com a preservação ambiental, a eficiência energética, o reaproveitamento dos materiais e a adequada destinação dos resíduos,

observando-se, sempre que aplicável, os princípios do desenvolvimento sustentável nas contratações públicas.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Com base nas justificativas e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é **VIÁVEL**, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Conclusivamente, tendo em vista o anteriormente exposto, o responsável por este estudo posiciona-se **FAVORÁVEL** à pretendida contratação, desde que haja recursos financeiros disponíveis.

Observe-se, por fim, que o presente documento, sob total e irrestrita responsabilidade do signatário abaixo, o qual responde juridicamente e tecnicamente pelas informações prestadas, inclusive nas áreas cível, administrativa e penal, independente da ajuda de terceiros na elaboração do mesmo, principalmente nos aspectos técnicos, apresenta- se como instrumento anterior à fase licitatória e/ou de dispensa/inexigibilidade, ressaltando-se que o mesmo foi desenvolvido, onde necessário e com as devidas correções, com ajuda de inteligência artificial, tendo em vista a escassez de recursos humanos no âmbito do poder executivo, especialmente, com conhecimento técnico necessário para a elaboração do presente documento.

Encaminha-se este documento para aprovação do prefeito municipal.

Caibi, Santa Catarina, em 17 de setembro de 2026.

Silmara Bratz da Silva
Diretora de Cultura
Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP)

( ) De acordo. Dê-se prosseguimento ao processo.

( ) Em desacordo. Remeta-se ao setor competente, para os ajustes apontados (anexos) ou, caso se mostre inviável, que não se proceda à contratação.

Leonardo Gallon
Prefeito Municipal

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

(Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XXIII c/c art. 40, §§ 1º e 4º)

1. INTRODUÇÃO

O Termo de Referência é o instrumento técnico que fundamenta o planejamento da contratação pública, contendo a descrição clara do objeto, os objetivos a serem alcançados, os requisitos mínimos de desempenho, os critérios de medição, os prazos, as condições de execução, os parâmetros de sustentabilidade e os demais elementos necessários à elaboração do edital e à gestão contratual.

Sua elaboração é etapa obrigatória e essencial do processo licitatório, conforme dispõe o art. 6º, inciso XXIII, e o art. 40, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
> [...].
> XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
> a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
> b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
> c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
> d) requisitos da contratação;
> e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
> f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
> g) critérios de medição e de pagamento;
> h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
> i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
> j) adequação orçamentária;
> [...]
> Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:
> [...].

> § 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:
> I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;
> II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;
> III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.
> [...].

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiteradamente afirmado que a deficiência ou ausência do Termo de Referência compromete a eficiência da contratação, podendo resultar em superfaturamento, inadequação do objeto e mau uso dos recursos públicos (ex.: Acórdãos TCU nº 434/2016 e nº 2274/2020, ambos do Plenário).

Importante, também, observar, as diferenças entre o ETP e o TR, trazidas pela corte de contas da União[9]:

> Cabe esclarecer que, enquanto o ETP se caracteriza por ser um instrumento de planejamento preliminar, por meio do qual são avaliadas determinadas soluções para atendimento de uma necessidade da Administração, concluindo se a contratação será ou não viável, o TR é o planejamento definitivo, para especificação e detalhamento da solução escolhida. Portanto, apesar de haver pontos em comum entre esses dois instrumentos, eles não se confundem. Os requisitos e estimativas da solução estudada e escolhida no ETP são refinados (ou retificados e complementados) no TR, que conterá informações mais exatas e atualizadas. Além disso, o TR esclarece como o futuro contrato será executado e fiscalizado, apresenta os critérios para recebimento provisório e definitivo do bem ou serviço prestado, define a forma e critérios para seleção do fornecedor, e indica os recursos orçamentários para a contratação. Ou seja, no TR pode haver o refinamento de itens do ETP e há a elaboração de novos elementos que não constam do ETP.

Porém, o órgão reforça a necessidade de que o Termo de Referência (TR) esteja alinhado ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) e contenha justificativas consistentes quanto à necessidade da contratação, à viabilidade das soluções e à vantajosidade para a Administração.

---

[9] BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Licitações & Contratos:** Orientações e Jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2024Disponível em: https://licitacoesecontratos.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/11/2024/09/Licitacoes-e-Contratos-Orientacoes-e-Jurisprudencia-do-TCU-5a-Edicao-29-08-2024.pdf. Acesso em: 04 de julho de 2025.

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), por meio de manifestações como o Prejulgado 2401 (reformado), o qual discute a necessidade de planejamento nas contratações públicas, incluindo a elaboração do Termo de Referência, bem como em seus guias e orientações técnicas, aponta que o Termo de Referência deve refletir o efetivo planejamento da contratação, com base em critérios objetivos, dados consistentes e alinhamento às políticas públicas e capacidades administrativas do ente contratante.

Dessa forma, o Termo de Referência deve ser elaborado com o objetivo de assegurar a conformidade da contratação com os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, proporcionando à Administração Municipal os elementos necessários para uma contratação segura, adequada às suas necessidades e passível de controle pelos órgãos de fiscalização.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

2.1) OBJETO:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DECORATIVOS NATALINOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ELEMENTOS DECORATIVOS NA PRAÇA CENTRAL PEDRO ANTONIO BIGATON E EM OUTROS LOCAIS DESIGNADOS NO MUNICÍPIO PARA O DOCE NATAL DE CAIBI – SC.

2.2) QUANTITATIVOS A SEREM CONTRATADOS:

Item	Qtd Anual	Un. de medida	Especificação
01	01	Ser.	Contratação de empresa para executar a instalação, acendimento e a retirada da iluminação natalina como: mangueiras luminosas, tubos de led, cordões de led, cascatas, cortinas de led, máquinas de neve e máquinas de bolhas entre outros, na praça Pedro Antônio Bigaton. Sendo que na área coberta, pilares com luzes, na parte interna da área coberta cascatas e cordões de led, nas entradas da mesma colocação de estrelas. Instalação de cordões de led na figueira, e em árvores na praça aproximadamente 50

			árvores com cordão de led e em torno de 30 árvores com mangueiras. No presépio instalação de cascatas, refletores, espeto de estrelas. Na casinha do papai Noel luzes ao redor e no telhado, instalação de decoração com luzes na parte da frente da casinha, refletores na parte interna da casinha. Instalação de estruturas já decoradas na calçada em frente a praça. Instalação de cabos dos pinheiros na Vila dos Pinheiros. Na Igreja Matriz instalação de refletores e cascata. Nos acessos de entradas do Município com instalação de pinheiros iluminados e cascatas no portal de bem-vindos a Caibi. No prédio da Prefeitura Municipal na entrada com cascatas. A retirada dos materiais deve acontecer entre os dias 12 à 23 de janeiro de 2027, devem ser devidamente organizados e guardados. Os serviços de muque para a instalação de luzes onde necessita do mesmo ficará de responsabilidade do contratado pelo serviço.
02	20	Und.	CASCATA 400 LED COM STROBO (340 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 10 METROS DE COMPRIMENTO, com 50 caídas: 65 cm, 55 cm e 45 cm, fio branco com diâmetro 1,8 mm, de uso externo com resina de proteção IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 4 cordões totalizando 40 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores BRANCO QUENTE, com fio verde.
03	300	Und.	CORDÃO 300 LED FIXO, COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO, 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores

			BRANCO QUENTE, com o fio da mesma cor do LED.
04	600	Und.	CORDÃO 300 LED FIXO, COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO**,** 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor branco, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP-65 blindados a prova de água. 220V. Na cor BRANCO FRIO com fio branco.
05	200	Und.	CORDÃO 300 LED COM STROBO (240 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO**,** 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores, BRANCO FRIO, com fio verde.
06	50	Und.	CORDÃO 300 LED COM STROBO (240 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO**,** 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Na cor VERMELHO, com fio da cor do led.

07	15	Und.	Mangueira redonda, 12mm,100m, led FIXO, 28 led/ metro, 04 rabichos, 02 emendas, 04 pontas silicone, corte / metro 5W/metro, 220v, 12mmx100m nas cores branco frio, branco quente e verde a serem definidas.
08	08	Und.	REFLETOR LED IP 66, 100W,220v, BRANCO FRIO(3000-3500k), preto,em alumínio e vidro,luminosidade(aproximadamente 10.000 lúmens).Ângulo de abertura 120°.Dimensões cm(28Ax23Lx8E)Peso:1000g.ProteçãoIP67(resistente à agua e poeira). PARA USO EXTERNO
09	06	Und.	REFLETOR LED IP 66, 100W,220v, BRANCO QUENTE (3000-3500k), preto, em alumínio e vidro, luminosidade(aproximadamente 10.000 lúmens).Ângulo de abertura 120°.Dimensões cm(28Ax23Lx8E)Peso:1000g.ProteçãoIP67(resistente à agua e poeira).PARA USO EXTERNO
10	100	Und.	Conector para mangueira luminosa 12mm.
11	03	Und.	Doce Cupcake Engrossado Com Um Coração No Topo, (Altura 1,50m X 1,35m Largura X O,20m de Profundidade) composto por um cupcake engrossado com coração no topo, o mesmo possui 3 camadas sendo a forma, o papel e o bolo com um coração no topo, a forma deve ser da mesma cor que o coração no topo o bolo e o papel devem ser de cores diferentes. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon 20x20 de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base dos leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir

12	01	Und.	Bengala Dupla Engrossada (Altura 2m X 1,2m Largura X 0,20m de Profundidade), composto por duas bengalas engrossadas de tamanhos diferentes sendo uma virada de costa para outra, as bengalas devem possuir 15 listras sendo 7 de uma cor e 8 de outra, seguindo um padrão de sim/não. Produzida em estrutura metálica, de tubos metalon 20x20 de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44.
13	01	Und.	Kit Duas Vela Tridimensional Com Chama, (Altura 1,30m X 30m Largura X 30cm Profundidade), composto por duas velas redondas tridimensionais com chama no topo, a chama possui 6 hastes curvas formando uma chama tridimensional. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir.
14	04	Und.	Painel Bala Embalada (Altura 0,75m X 1,50m Largura), composta de bala embalada com espiral no centro, a mesma deve ser no formato circula começando no topo e indo até o centro, a mesma também possui duas abas uma em cada lado simulando uma embalagem de uma bala. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão

			de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir.
15	400	Und.	Festão Aramado Verde Pvc, 200 Galhos Com 5 Cm, medindo 2,7 metros com 25 cm de diâmetro.
16	10	Und.	Tecido sintético tipo juta (tela de polipropileno), com inserção de fios metalizados brilhantes (tipo lurex) dispostos ao longo da trama, entre 110 g/m² e 115 g/m², garantindo consistência, opacidade adequada e resistência ao manuseio, 1,00 de largura x 10m de comprimento nas cores verde (5 rolos) e vermelho (5 rolos).
17	100	Und.	FESTÃO ARAMADO VERDE NEVADO EM PVC, CONTENDO 220 GALHOS COM 5 CM DE LARGURA, medindo 2,7 metros de comprimento com 30 cm de diâmetro.
18	200	Und.	Haste/Galho decorativo natalino de Azevinho artificial, composto por uma haste central ramificada em 05 (cinco) a 07 (sete) galhos secundários, cada galho deve conter conjuntos de pequenas esferas (*berries* / bagas de cereja natalina) de alto brilho e folhas características de azevinho verdes acetinadas.
19	150	Und.	Flor de Natal, poinsétia vermelha 23cm, aveludada, Composto de 5 a 7 galhos (hastes secundárias) ramificados a partir de uma haste principal central. Pétalas em tecido sintético aveludado de alta densidade, hastes com arame flexível revestido em plástico verde.

20	150	Und.	Flor de Natal, poinsétia Champanhe 23cm, aveludada, Composto de 5 a 7 galhos (hastes secundárias) ramificados a partir de uma haste principal central. Pétalas em tecido sintético aveludado de alta densidade, hastes com arame flexível revestido em plástico verde.
21	120	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 15 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha
22	120	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 20 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha
23	180	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 30 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha
24	150	Und.	Tira de luz de led, com alimentação a pilha AA, na cor branco frio, led 5v, 2 metros cada tira. Com 120 led
25	200	Und.	Fio de fada, cordão de led, 5 metros, alimentação a pilha AA, branco frio.
26	20	Und.	FITA DE NATAL ARAMADA, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, COMPRIMENTO 10 METROS, LARGURA: 50MM, NA COR VERMELHA.
27	600	Und.	Pilha alcalina AA.

28	200	Und.	Cordão 150 Led blindado Com Strobo (120 Fixos, 30 Strobo Na mesma Cor), Com Extensão De 15 Metros De Comprimento, lâmpadas com 7mm de espessura na ponta, fio com diâmetro 2,3 mm na cor do led, de uso externo com resina de proteção na base do led IP65, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP-65 blindados a prova de água. 220V, potência de 10 Watts. Leds na cor BRANCO QUENTE.

2.3) NATUREZA:

Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de:

( ) bens ou serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021).

(X) bens ou serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021).

( ) serviço especial de engenharia (art. 6º, inciso XXI, “b” Lei n.º 14.133/2021).

( ) serviço comum de engenharia (art. 6º, inciso XXI, “a” Lei n.º 14.133/2021).

2.4) VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

O contrato terá vigência inicial de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, conforme disposto no art. 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 (ou, de forma alternativa, caso juridicamente se entenda cabível, a celebração do contrato poderá se dar por maior período):

> Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
> [...].
>
> Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:
> I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
> II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

> III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
> [...]

No caso de prorrogação do contrato, desde que respeitados os requisitos previstos no artigo legal supracitado e seguintes, o quantitativo de itens também será renovado, se for o caso, conforme fundamentação a seguir.

No entendimento do respeitado doutrinador Ronny Charles[10], o planejamento das contratações será feito com base na anualidade das mesmas. Argumenta o autor, que se no que se observa da própria Lei nº 14.133/2021, tal possibilidade:

> O plano de contratações deverá ser anual (§ 1º, art. 12) e o próprio planejamento das compras deve considerar a expectativa de consumo anual (art. 40) [...].

Conforme defendem Antonio Cecílio Moreira Pires e Aniello Parziale[11], em caso de silêncio no ato convocatório, não será possível a dilação do prazo de vigência do compromisso. No mesmo norte, a prorrogação do contrato deverá ocorrer dentro do prazo de sua vigência, não sendo possível que ocorra após a expiração do lapso de vigência.

Destarte, a prorrogação contratual é possível, desde que prevista na fase de planejamento da contratação e claramente expressa no instrumento convocatório, a fim de haver ampla publicidade, para que os eventuais interessados tenham ciência de tal condição.

Cotejando-se a Lei Federal n° 14.133/2021, ao se observar novamente o art. 107, extrai-se:

> Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Além disso, consoante entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU)[12], "quando a contratação ultrapassar um exercício financeiro, deve estar

[10] CHARLES, Ronny. **Prorrogação da Ata e Renovação dos Quantitativos Fixados na Licitação.** Disponível em: https://ronnycharles.com.br/prorrogacao-da-ata-e-renovacao-dos-quantitativos-fixados-nalicitacao/. Acesso em: 06 de maio de 2025.
[11] PIRES, Antonio Cecílio Moreira. PARZIALE, Aniello. **O Novo Sistema De Registro De Preços.** 1.Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024, p. 178.
[12] BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência

prevista no plano plurianual (PPA)", bem como, "no caso de contratações de serviços e fornecimentos contínuos, além de atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação, a Administração deve demonstrar a vantagem em manter o contrato".

No presente estudo, tem-se a possibilidade de uma contratação de natureza contínua, ou seja, os produtos/serviços poderão ser utilizados para os anos seguintes, haja vista a natureza e a necessidade dos mesmos.

Para a renovação, incidirá à contratada a obrigação comprovar que mantém as condições habilitatórias previstas no contrato original, conforme previsão legal do Art. 92 inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/2021.

> Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:
> [...].
> XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
> [...].

Assim sendo, desde que respeitados os requisitos legais, tendo em vista ainda que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, poderá o contrato decorrente deste processo licitatório ser renovado, nos limites do prazo máximo legal estipulado.

Em caso de não atendidos os requisitos legais exigidos para a renovação, ou em caso de manifestação unilateral pelo não interesse em renovação, proceder-se-á à extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

A Contratada deverá informar, em qualquer dos casos, com 60 (sessenta) dias de antecedência, sua manifestação de interesse na rescisão, ou na prorrogação contratual, e se for verificada a vantajosidade e o atendimento aos demais requisitos legais, a Contratada será convocada para recolher o valor. Caso não o faça, deverá ser iniciado um novo certame.

3. ÁREA(S) REQUISITANTE(S)

SECRETARIA/DEPARTAMENTO	RESPONSÁVEL

do TCU / Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2024. Disponível em: https://licitacoesecontratos.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/11/2024/09/Licitacoes-e-Contratos-Orientacoes-e-Jurisprudencia-do-TCU-5a-Edicao-29-08-2024.pdf. Acesso em: 04 de julho de 2025.

DEPARTAMENTO DE CULTURA	SILMARA FABIANE BRATZ DA SILVA

4. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PREFERENCIALMENTE CONFORME CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DE QUALIDADE, RENDIMENTO, COMPATIBILIDADE, DURABILIDADE E SEGURANÇA

Destaca-se que não foi identificada padronização aplicável ao objeto

No Catálogo Eletrônico de Padronização do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), tais itens também não tiveram sua padronização definida, conforme consulta realizada na data de 19/08/2026.

Assim sendo, se especifica os produtos conforme a seguir:

Item	Qtd Anual	Un. de medida	Especificação
01	01	Ser.	Contratação de empresa para executar a instalação, acendimento e a retirada da iluminação natalina como: mangueiras luminosas, tubos de led, cordões de led, cascatas, cortinas de led, máquinas de neve e máquinas de bolhas entre outros, na praça Pedro Antônio Bigaton. Sendo que na área coberta, pilares com luzes, na parte interna da área coberta cascatas e cordões de led, nas entradas da mesma colocação de estrelas. Instalação de cordões de led na figueira, e em árvores na praça aproximadamente 50 árvores com cordão de led e em torno de 30 árvores com mangueiras. No presépio instalação de cascatas, refletores, espeto de estrelas. Na casinha do papai Noel luzes ao redor e no telhado, instalação de decoração com luzes na parte da frente da casinha, refletores na parte interna da casinha. Instalação de estruturas já decoradas na calçada em frente a praça. Instalação de cabos dos pinheiros na Vila dos Pinheiros. Na Igreja Matriz instalação de refletores e cascata.Nos acessos de entradas do Município com instalação de pinheiros iluminados e cascatas no portal de bem-vindos a Caibi. No prédio da Prefeitura Municipal na entrada com cascatas. A retirada dos materiais deve acontecer entre os dias 12 à 23 de janeiro de 2027, devem ser devidamente organizados e guardados.

			Os serviços de muque para a instalação de luzes onde necessita do mesmo ficará de responsabilidade do contratado pelo serviço.
02	20	Und.	CASCATA 400 LED COM STROBO (340 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 10 METROS DE COMPRIMENTO, com 50 caídas: 65 cm, 55 cm e 45 cm, fio branco com diâmetro 1,8 mm, de uso externo com resina de proteção IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 4 cordões totalizando 40 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP-65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores BRANCO QUENTE, com fio verde.
03	300	Und.	CORDÃO 300 LED FIXO, COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO, 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores BRANCO QUENTE, com o fio da mesma cor do LED.
04	600	Und.	CORDÃO 300 LED FIXO, COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO**,** 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor branco, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP-65 blindados a prova de água. 220V. Na cor BRANCO FRIO com fio branco.

05	200	Und.	CORDÃO 300 LED COM STROBO (240 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO**,** 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores, BRANCO FRIO, com fio verde.
06	50	Und.	CORDÃO 300 LED COM STROBO (240 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO**,** 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Na cor VERMELHO, com fio da cor do led.
07	15	Und.	Mangueira redonda, 12mm,100m, led FIXO, 28 led/ metro, 04 rabichos, 02 emendas, 04 pontas silicone, corte / metro 5W/metro, 220v, 12mmx100m nas cores branco frio, branco quente e verde a serem definidas.
08	08	Und.	REFLETOR LED IP 66, 100W,220v, BRANCO FRIO(3000-3500k), preto,em alumínio e vidro,luminosidade(aproximadamente 10.000 lúmens).Ângulo de abertura 120°.Dimensões cm(28Ax23Lx8E)Peso:1000g.ProteçãoIP67(resistente à agua e poeira). PARA USO EXTERNO

09	06	Und.	REFLETOR LED IP 66, 100W,220v, BRANCO QUENTE (3000-3500k), preto, em alumínio e vidro, luminosidade(aproximadamente 10.000 lúmens).Ângulo de abertura 120°.Dimensões cm(28Ax23Lx8E)Peso:1000g.ProteçãoIP67(resistente à agua e poeira).PARA USO EXTERNO
10	100	Und.	Conector para mangueira luminosa 12mm.
11	03	Und.	Doce Cupcake Engrossado Com Um Coração No Topo, (Altura 1,50m X 1,35m Largura X O,20m de Profundidade) composto por um cupcake engrossado com coração no topo, o mesmo possui 3 camadas sendo a forma, o papel e o bolo com um coração no topo, a forma deve ser da mesma cor que o coração no topo o bolo e o papel devem ser de cores diferentes. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon 20x20 de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base dos leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir
12	01	Und.	Bengala Dupla Engrossada (Altura 2m X 1,2m Largura X 0,20m de Profundidade), composto por duas bengalas engrossadas de tamanhos diferentes sendo uma virada de costa para outra, as bengalas devem possuir 15 listras sendo 7 de uma cor e 8 de outra, seguindo um padrão de sim/não. Produzida em estrutura metálica, de tubos metalon 20x20 de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com com

			lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44.
13	01	Und.	Kit Duas Vela Tridimensional Com Chama, (Altura 1,30m X 30m Largura X 30cm Profundidade), composto por duas velas redondas tridimensionais com chama no topo, a chama possui 6 hastes curvas formando uma chama tridimensional. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir.
14	04	Und.	Painel Bala Embalada (Altura 0,75m X 1,50m Largura), composta de bala embalada com espiral no centro, a mesma deve ser no formato circula começando no topo e indo até o centro, a mesma também possui duas abas uma em cada lado simulando uma embalagem de uma bala. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir.
15	400	Und.	Festão Aramado Verde Pvc, 200 Galhos Com 5 Cm, medindo 2,7 metros com 25 cm de diâmetro.

16	10	Und.	Tecido sintético tipo juta (tela de polipropileno), com inserção de fios metalizados brilhantes (tipo lurex) dispostos ao longo da trama, entre 110 g/m² e 115 g/m², garantindo consistência, opacidade adequada e resistência ao manuseio, 1,00 de largura x 10m de comprimento nas cores verde (5 rolos) e vermelho (5 rolos).
17	100	Und.	FESTÃO ARAMADO VERDE NEVADO EM PVC, CONTENDO 220 GALHOS COM 5 CM DE LARGURA, medindo 2,7 metros de comprimento com 30 cm de diâmetro.
18	200	Und.	Haste/Galho decorativo natalino de Azevinho artificial, composto por uma haste central ramificada em 05 (cinco) a 07 (sete) galhos secundários, cada galho deve conter conjuntos de pequenas esferas (*berries* / bagas de cereja natalina) de alto brilho e folhas características de azevinho verdes acetinadas.
19	150	Und.	Flor de Natal, poinsétia vermelha 23cm, aveludada, Composto de 5 a 7 galhos (hastes secundárias) ramificados a partir de uma haste principal central. Pétalas em tecido sintético aveludado de alta densidade, hastes com arame flexível revestido em plástico verde.
20	150	Und.	Flor de Natal, poinsétia Champanhe 23cm, aveludada, Composto de 5 a 7 galhos (hastes secundárias) ramificados a partir de uma haste principal central. Pétalas em tecido sintético aveludado de alta densidade, hastes com arame flexível revestido em plástico verde.
21	120	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 15 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha
22	120	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 20 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha

23	180	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 30 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha
24	150	Und.	Tira de luz de led, com alimentação a pilha AA, na cor branco frio, led 5v, 2 metros cada tira. Com 120 led
25	200	Und.	Fio de fada, cordão de led, 5 metros, alimentação a pilha AA, branco frio.
26	20	Und.	FITA DE NATAL ARAMADA, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, COMPRIMENTO 10 METROS, LARGURA: 50MM, NA COR VERMELHA.
27	600	Und.	Pilha alcalina AA.
28	200	Und.	Cordão 150 Led blindado Com Strobo (120 Fixos, 30 Strobo Na mesma Cor), Com Extensão De 15 Metros De Comprimento, lâmpadas com 7mm de espessura na ponta, fio com diâmetro 2,3 mm na cor do led, de uso externo com resina de proteção na base do led IP65, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP-65 blindados a prova de água. 220V, potência de 10 Watts. Leds na cor BRANCO QUENTE.

Reitera-se que, caso haja padronização dos itens acima especificados, por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), desde que o edital do certame não esteja publicado, poderá haver a reestruturação do presente Termo de Referência, com vistas à adaptação voltada a padronização dos referidos itens.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSA

Com base no Decreto Municipal n° 219/2023, de 05 de outubro de 2023, a presente contratação está embasada no Estudo Técnico Preliminar que segue anexo ao presente processo.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, além de legislações, decretos e demais normas regulamentadoras sobre o tema.

A Prefeitura Municipal de Caibi identificou a necessidade de contratação de serviço e matérias para decoração natalina, compreendendo o fornecimento de materiais (luzes, enfeites e ornamentos diversos) e a execução de serviços necessários à instalação, manutenção preventiva e corretiva, bem como posterior retirada e armazenamento dos itens utilizados.

A iniciativa se fundamenta na necessidade de estruturar uma ambientação natalina capaz de:

a) Valorizar os espaços públicos municipais;

b) Estimular o comércio local e fomentar o turismo durante o período festivo;

c) Proporcionar à comunidade momentos de lazer, integração e fortalecimento do sentimento de pertencimento;

d) Atender ao título de destaque do município como referência em festividades natalinas, promovendo identidade cultural e tradição;

e) Contribuir para a movimentação econômica, gerando fluxo de visitantes e maior visibilidade às empresas locais.

Assim, a presente contratação atende aos requisitos legais previstos na Lei nº 14.133/2021, estando devidamente justificada quanto à necessidade, conveniência e oportunidade, em consonância com o interesse público e com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e sustentabilidade.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A presente contratação visa à contratação de empresa para fornecimento de materiais decorativos diversos, bem como mão de obra para instalação, manutenção preventiva e corretiva e retirada da iluminação natalina na Praça Pedro Antônio Bigaton, Prefeitura Municipal, Igreja Matriz e nos acessos ao município (Amo Caibi e Portal). Os produtos a serem adquiridos possuem natureza de bens de consumo, considerando que o ciclo de vida desses materiais está diretamente vinculado ao uso periódico, demandando cuidados quanto à instalação, manutenção preventiva e corretiva, bem como desmontagem e armazenamento.

A solução está estruturada com base nas etapas do ciclo de vida do objeto, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, e compreende:

a) Planejamento da contratação: fundamentado em levantamento prévio da demanda das unidades executoras, com base em dados pretéritos de consumo. A especificação dos itens foi elaborada de forma objetiva, assegurando a compatibilidade com os requisitos técnicos mínimos, sanitários e operacionais necessários.

b) Aquisição por licitação: adoção do critério de menor preço por item, considerando a ampla competitividade do mercado fornecedor e a possibilidade de atendimento parcelado, conforme cronograma e condições operacionais da Administração. O procedimento licitatório observará os princípios da economicidade, isonomia e eficiência.

c) Logística de fornecimento e recebimento: os itens serão entregues em uma única remessa, conforme solicitação da contratante. As entregas serão acompanhadas por servidor designado (fiscal), que efetuará a conferência quantitativa e qualitativa dos materiais, com registro formal das ocorrências.

d) Utilização e consumo: os itens adquiridos, tais como luzes, estruturas e demais elementos decorativos, serão instalados em locais previamente definidos, como praça, prédios públicos e pontos estratégicos de circulação de pessoas. A instalação dos elementos de iluminação natalina será realizada pela empresa contratada, incluindo os serviços necessários ao seu adequado funcionamento e segurança elétrica. Durante o período de exposição, a contratada deverá assegurar a manutenção preventiva e corretiva da iluminação natalina, garantindo seu pleno funcionamento.

Os demais elementos decorativos não luminosos que integram a decoração natalina não fazem parte dos serviços de mão de obra da empresa contratada. A montagem, instalação, manutenção e retirada desses elementos serão realizadas diretamente pelos funcionários da Prefeitura Municipal, sob responsabilidade da Administração, de acordo com o planejamento e cronograma definidos pelo Município.

e) Gestão do uso e controle de consumo: o departamento responsável acompanhará a execução dos serviços e validará a correta utilização dos itens fornecidos. O consumo de energia e a utilização dos materiais serão monitorados de forma a garantir o uso racional e eficiente dos recursos públicos, preservando os bens para futuras edições do evento.

f) Desmontagem, retirada e armazenamento: após o período de utilização, a empresa contratada será responsável pela desmontagem e retirada dos elementos de iluminação natalina objeto da contratação, bem como pelos serviços necessários à sua adequada remoção, deixando os locais utilizados em condições apropriadas.

Os elementos decorativos não luminosos serão desmontados e retirados pelos funcionários da Prefeitura Municipal, não integrando tais serviços a mão

de obra contratada. Após a retirada, os materiais deverão ser encaminhados ao setor responsável para armazenamento adequado, visando sua preservação e posterior reutilização.

Quando identificada a necessidade de reposição, seja por dano, desgaste ou ampliação da estrutura decorativa, o reabastecimento será planejado pelo departamento responsável e poderá ocorrer por meio de novas aquisições, devidamente justificadas.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O proponente deverá apresentar os seguintes documentos:

7.1) HABILITAÇÃO JURÍDICA (visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada – art. 66 da Lei nº 14.133/2021), devendo ser apresentado:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

Obs.: Os documentos descritos no subitem “a” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

c) Quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66, *caput*).

7.2) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

a) Prova de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria de Receita Federal conjunta com a Prova de Regularidade quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual.

c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal.

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011
f) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, II);

7.3) ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):
a) Certidão negativa de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Comarcas e Turmas Recursais - Primeiro Grau).

7.4) COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
a) Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC n° 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3° da Lei Complementar 123/2006.
Obs.: Esta(s) certidão(ões) deve(m) ter sido emitida(s) no prazo máximo de 60 dias contados da data de publicação do edital. Não serão aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial.

b) DA APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/06:
Caso mostre-se cabível, após definida(s) a(s) estimativa(s) do(s) valor(es) da contratação (Tópico 13 deste estudo), e a autoridade competente opte, dentro dos princípios e normas correlatas, pela possibilidade de aplicação dos benefícios da LC 123/06, especialmente, o previsto no art. art. 48 § 3º, no certame licitatório, às microempresas e empresas de pequeno porte, dada:

i) a complexidade do tema;
ii) a discricionaridade da possibilidade de escolha entre empresas com sede local ou regionalmente, a fim de fazer jus ao referido benefício (em consonância com a leitura combinada do art. 49 da mesma lei);
iii) a legalidade e a melhor alternativa no que tange à aplicação de tais benefícios, a fim de embasar a escolha e a solução proposta para a presente licitação;

iv) a não previsão expressa de abordagem de tal tema como requisitos mínimos do Estudo Técnico Preliminar e/ou Termo de Referência;

v) a possibilidade de outras formas de tratamento diferenciado às MEs e EPPs.

Sugere-se a realização de um estudo complementar, inclusive envolvendo o departamento competente ligado ao fomento às empresas no município, sobre a legalidade na aplicação do(s) tratamento(s) diferenciado(s) ao caso concreto, bem como, em o estudo apontando pela viabilidade plena do implemento de tal(is) medida(s), seja(m) inclusa(s) cláusulas com os critérios objetivos, de forma expressa no edital do certame.

7.5) COMPROVAÇÃO DE IDONEIDADE:

O Pregoeiro/Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, realizará a verificação de comprovação de idoneidade, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

a) Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU, da entidade participante**.** Disponível em: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br.

b - Consulta de Pessoa Física

a) Certidão negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (**todas as esferas**) do sócio majoritário/administrador, da empresa participante. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form.

Obs.: Em caso de Sócios com a mesma quantidade de cotas, será consultada a certidão do sócio que responder administrativamente pela empresa.

c - Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços compatíveis em características com o objeto da contratação, especialmente instalação, manutenção e/ou retirada de iluminação decorativa e/ou instalações elétricas similares;

d - Comprovação de registro ou inscrição da empresa e/ou do profissional responsável técnico no Conselho Profissional competente, quando exigível, compatível com os serviços objeto da contratação;

e - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida por profissional legalmente habilitado e devidamente registrada junto ao CREA, contemplando os serviços de instalação, manutenção e retirada dos elementos luminosos e

respectivas instalações elétricas, a ser apresentada antes do início da execução dos serviços;

f - Comprovação de capacitação dos profissionais envolvidos na execução dos serviços, em conformidade com a NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade e, quando aplicável, com a NR-35 – Trabalho em Altura.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO

A execução do objeto deverá ocorrer de forma planejada e coordenada, visando garantir a adequada instalação, acendimento, manutenção e retirada dos elementos de iluminação natalina, de modo a assegurar o pleno funcionamento e a qualidade da ornamentação durante o período previsto para o evento. A contratada será responsável exclusivamente pelos serviços relacionados à instalação, manutenção e retirada dos elementos luminosos e respectivas instalações elétricas, conforme especificações constantes neste Termo de Referência. A instalação, organização, manutenção e retirada dos elementos decorativos não luminosos, tais como festões, bolas, tecidos, fitas, flores e demais ornamentos decorativos, serão de responsabilidade da Administração Municipal, por meio de seus servidores.

A execução deverá iniciar-se após a emissão da ordem de fornecimento/serviço e demais autorizações pertinentes, observando-se o cronograma estabelecido pela Administração Municipal e as condições previstas no contrato.

Os materiais decorativos e de iluminação serão adquiridos pelo Município, devendo ser entregues de acordo com as especificações, quantidades e padrões de qualidade definidos no processo de contratação. A empresa responsável pelos serviços deverá realizar a instalação dos elementos de iluminação nos locais previamente definidos pela Administração, observando as condições de segurança, organização, funcionamento e conservação das estruturas e instalações elétricas.

Durante o período de utilização da decoração natalina, a contratada deverá prestar os serviços de manutenção necessários, mediante acionamento da Administração Municipal, devendo a contratada **iniciar o atendimento no prazo máximo de 2 (duas) horas após o chamado**, realizando as inspeções e correções necessárias para solucionar eventuais falhas, incluindo, quando aplicável, a substituição de componentes danificados, reparos nas instalações e o restabelecimento do pleno funcionamento da iluminação.

A contratada deverá manter equipe e condições operacionais compatíveis com a necessidade de atendimento durante o período de funcionamento da

decoração, de modo a garantir a continuidade, segurança e adequada apresentação da iluminação natalina.

A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração Municipal, que verificarão o cumprimento das condições contratuais, a qualidade dos serviços prestados, o atendimento aos prazos e o adequado funcionamento da iluminação.

O recebimento dos serviços ficará condicionado à verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas, podendo a Administração exigir a correção de eventuais irregularidades identificadas, sem ônus adicional para o Município.

Ao final da execução, espera-se que a ornamentação natalina esteja devidamente instalada, em pleno funcionamento, mantida durante o período do evento e posteriormente retirada de maneira segura e organizada, contribuindo para a realização do Doce Natal de Caibi e para a valorização do Município como Capital Catarinense das Festividades Natalinas.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE

9.1) GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A definição da gestão do contrato/ata será expressamente indicada no edital e/ou contrato, conforme normas definidas pela administração em regulamento, quando aplicável.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(ais) formalmente designado(s), em observância ao disposto no art. 117 e seguintes da Lei 14.133/2021, e também em atenção às normas definidas pela administração em regulamento, quando aplicável.

Deverá ser observado, especialmente, o que dispõe o Decreto Nº 254/2022 - de 24 de outubro de 2022, o qual regulamenta disposições gerais sobre os agentes públicos que trabalharão diretamente no desempenho das funções essenciais à execução de licitações e contratos administrativos, pela lei federaL Nº 14.133/2021, no âmbito do município de Caibi/SC.

A Administração poderá designar outro(s) fiscal(ais), quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à(s) fornecedora(s), sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

Ao fiscal do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar nas respectivas Notas Fiscais, a efetiva prestação dos serviços para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer, tudo devidamente formalizado.

A ação de fiscalização não exonera a(s) contratada(s) de suas responsabilidades contratuais.

9.2) MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
9.2.1) DA GESTÃO

9.2.1.1) O Gestor de Contrato, enquanto agente designado pela autoridade competente para gerir o contrato administrativo, tem como obrigações mínimas, sem prejuízo de outras correlatas:

a) Seguir o Edital quanto às regras relativas à gestão do contrato;

b) Seguir o modelo de gestão previsto no contrato administrativo;

c) Coordenar das atividades relacionadas à fiscalização;

d) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

e) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstarem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

f) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do instrumento, a exemplo Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

g) Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao Setor de Licitações e Compras para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros, e em consonância com a fiscalização quando for o caso;

h) Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais;

i) Entrar em contato com o Contratado, quando necessário, para resolver questões relativas ao contrato administrativo, inclusive a quanto à solicitação de documentos regulares e válidos;

j) Gerir as datas estabelecidas pela Administração Pública em edital e contrato, tanto em relação à vigência do contrato quanto em relação ao prazo da execução do objeto;

k) Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações;
l) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;
m) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato/ata.
n) Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso;
o) Sugerir as demais providências cabíveis para o bom andamento e execução do contrato.

9.2.1.2) A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, quando for o caso, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderão participar no apoio das atividades de gestão do contrato, sempre com supervisão do Gestor de Contrato.
9.2.1.3) Todos os atos devem ser motivados de forma explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.
9.2.1.1) Poderá contar com o apoio do Setor Jurídico e do Controle Interno.

9.2.2) DA FISCALIZAÇÃO

9.2.2.1) O Fiscal do Contrato, enquanto agente designado pela autoridade competente de acordo com o objeto contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, tem como obrigações mínimas, sem prejuízo de outras correlatas:
a) O fiscal do contrato acompanhará a execução do instrumento, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
b) Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

c) Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;
d) Acompanhar o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração;
e) Acompanhar os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
f) Acompanhar a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade;
g) Seguir o Termo de Referência sobre como a execução do objeto deve ser acompanhada e fiscalizada;
h) Seguir o Projeto Básico quanto às normas de fiscalização do objeto a serem seguidas;
i) Seguir o Edital quanto às regras relativas à fiscalização;
j) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
k) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinado prazo para correção,
l) Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
m) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
n) Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
o) Nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, deve fiscalizar a distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados pelo contratado, podendo a Administração responder solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos

encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado;

p) Receber o objeto do contrato provisoriamente:

i) Obras e serviços: mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

ii) Compras: com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

q) O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

r) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.2.2.2) Para a fiscalização, poderá ser nomeado um ou mais servidores.

9.2.2.3) A Administração Pública poderá contratar terceiros para assistir e subsidiar o(s) fiscal(is) dos contratos, conforme regras de regulamentação próprias.

9.2.2.4) Todos os atos devem ser motivados de forma explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

9.2.2.5) Poderá contar com o apoio do Setor Jurídico e do Controle Interno, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

10. DAS OBRIGAÇÕES:

10.1) OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

b) Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.

c) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

d) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto.

e) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.
f) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto.
g) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.
h) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos produtos a serem adquiridos.
i) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.
j) Efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos produtos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
k) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo.
l) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento.
m) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos.
n) Rejeitar os produtos em desconformidade com o presente instrumento.

10.2) OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto desta contratação, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral no fornecimento dos itens em conformidade com o objeto.
b) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
c) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
d) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
e) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
h) Realizar a entrega dos itens em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.
i) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;
j) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Ao fiscal do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar nas respectivas Notas Fiscais, a efetiva prestação dos serviços para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer, tudo devidamente formalizado.

O pagamento será feito mensalmente pela Prefeitura de acordo com o cronograma sendo que as notas entregues até o dia 20 serão pagas até o dia 30, as notas entregues até o dia 30 serão pagas até o dia 10 e as notas entregues até dia 10 serão pagas até o dia 20.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será escolhido mediante processo licitatório, na modalidade de Pregão, por Menor Preço, conforme previsão do art. 6º, XLI, da Lei Federal n° 14.133/2021, sendo este na forma Eletrônica.

A forma de seleção do fornecedor acima especificada, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, foi definida, *a priori*, mediante a realização dos estudos anteriores descritos no ETP e demais documentos inerentes a esta contratação.

Ressalta-se que a mesma pode ser modificada, após análise pela autoridade competente e pelo Setor Jurídico, a fim de adequar a fundamentação

legal cabível para a contratação ora pretendida, tendo em vista tratar-se de conteúdo de natureza técnica/legal.

Portanto, a forma de seleção do fornecedor, a princípio, é sugestiva, cabendo a decisão final à Alta Administração e Setores Técnicos Competentes, quando da deflagração da fase externa do Processo Licitatório.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO

Dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 23, que a composição do valor estimado da contratação deverá ser compatível com os praticados pelo mercado, nos seguintes termos:

> Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
> § 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:
> I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
> II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
> III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
> IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
> V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.
> § 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do

percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o **caput** deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

§ 6º Na hipótese do § 5º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo.

Para a presente contratação, os valores foram obtido por base em consultas a contratações com objetos semelhantes, mediante consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por órgãos do estado de Santa Catarina, bem como mediante orçamentos obtidos junto por fornecedores de produtos do mesmo objeto, situados na região oeste do estado, em municípios próximos.

13.1. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES CONSULTADOS PARA A PESQUISA DE PREÇOS

A seleção dos fornecedores consultados para a composição do preço estimado da presente contratação foi realizada considerando critérios objetivos e compatíveis com a natureza dos materiais a serem adquiridos, buscando obter referências de preços praticados no mercado e assegurar que os valores estimados representem, de forma adequada, a realidade comercial da região.

A pesquisa de preços foi realizada com fornecedores que atuam no ramo compatível com os itens objeto da contratação, considerando-se, especialmente, os seguintes aspectos:

a) Compatibilidade da atividade comercial: foram priorizados fornecedores que comercializam materiais decorativos, elementos de iluminação natalina, estruturas e demais itens compatíveis com as necessidades do Município para a realização do Doce Natal de Caibi, possibilitando a obtenção de preços diretamente relacionados aos produtos pretendidos.

b) Disponibilidade dos materiais: considerou-se a capacidade dos fornecedores de disponibilizar os materiais nas especificações, quantidades e características necessárias, especialmente em razão da sazonalidade dos produtos natalinos e da necessidade de cumprimento do cronograma estabelecido pela Administração.

c) Representatividade do mercado regional: foram consultados fornecedores localizados, preferencialmente, na região Oeste de Santa Catarina e em localidades próximas, buscando obter valores compatíveis com a realidade do mercado regional e considerando fatores como logística, transporte, disponibilidade de produtos e condições comerciais praticadas na região.

d) Diversificação das fontes de pesquisa: buscou-se obter cotações junto a diferentes fornecedores, de modo a ampliar a representatividade da pesquisa e reduzir o risco de que os valores estimados sejam influenciados por condições comerciais específicas de apenas uma empresa.

e) Experiência e atuação no mercado: quando disponível, também foi considerada a atuação dos fornecedores no segmento correspondente aos materiais pesquisados, como forma de assegurar que as cotações obtidas

fossem provenientes de empresas efetivamente aptas a comercializar os produtos objeto da contratação.
A seleção dos fornecedores consultados teve como finalidade obter referências de preços confiáveis e compatíveis com as condições efetivamente praticadas no mercado, contribuindo para a formação de uma estimativa de valor adequada e para o planejamento da contratação.
As cotações obtidas serão analisadas conjuntamente com os demais elementos utilizados na pesquisa de preços, observando-se os parâmetros previstos na legislação aplicável, especialmente no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a assegurar que o valor estimado da contratação seja compatível com os preços de mercado e atenda aos princípios do planejamento, economicidade, eficiência e razoabilidade.
Dessa forma, a metodologia adotada busca conferir maior segurança à estimativa de preços, proporcionando à Administração Municipal elementos suficientes para a definição do valor estimado da contratação e para a adequada condução do procedimento de contratação.

13.2. DO MÉTODO DE CÁLCULO

Para fins de parâmetro do valor a ser definido por item, adotou-se a média, obtida pelo cálculo dos valores cotados, juntamente com os obtidos – onde houve compatibilidade de itens – na licitação ora em estudo, em consulta ao PNCP.

A tabela abaixo apresenta o valor unitário de cada item, após o cálculo de média (constante no Memorial de Cálculo anexo), valores apurados na pesquisa realizada quando do ETP, juntamente com os valores obtidos via orçamentação, conforme se demonstra:

Item	Qtd	Und	Descrição	Vlr. Unit.	Total
01	01	Ser.	Contratação de empresa para executar a instalação, acendimento e a retirada da iluminação natalina como: mangueiras luminosas, tubos de led, cordões de led, cascatas, cortinas de led, máquinas de neve e máquinas de bolhas entre outros, na praça Pedro Antônio Bigaton. Sendo que na área coberta, pilares com luzes, na parte interna da área coberta cascatas e cordões de led, nas entradas da mesma colocação de estrelas. Instalação de cordões de led na	104.519,52	104.519,52

			figueira, e em árvores na praça aproximadamente 50 árvores com cordão de led e em torno de 30 árvores com mangueiras. No presépio instalação de cascatas, refletores, espeto de estrelas. Na casinha do papai Noel luzes ao redor e no telhado, instalação de decoração com luzes na parte da frente da casinha, refletores na parte interna da casinha. Instalação de estruturas já decoradas na calçada em frente a praça. Instalação de cabos dos pinheiros na Vila dos Pinheiros. Na Igreja Matriz instalação de refletores e cascata. Nos acessos de entradas do Município com instalação de pinheiros iluminados e cascatas no portal de bem-vindos a Caibi. No prédio da Prefeitura Municipal na entrada com cascatas. A retirada dos materiais deve acontecer entre os dias 12 à 23 de janeiro de 2027, devem ser devidamente organizados e guardados. Os serviços de muque para a instalação de luzes onde necessita do mesmo ficará de responsabilidade do contratado pelo serviço.		
02	20	Und.	CASCATA 400 LED COM STROBO (340 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 10 METROS DE COMPRIMENTO, com 50 caídas: 65 cm, 55 cm e 45 cm, fio branco com diâmetro 1,8 mm, de uso externo com resina de proteção IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 4 cordões totalizando 40 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores BRANCO QUENTE, com fio verde.	123,25	2.465,00

03	300	Und.	CORDÃO 300 LED FIXO, COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO, 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores BRANCO QUENTE, com o fio da mesma cor do LED.	91,05	27.315,00
04	600	Und.	CORDÃO 300 LED FIXO, COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO**,** 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor branco, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Na cor BRANCO FRIO com fio branco.	85,99	51.594,00
05	200	Und.	CORDÃO 300 LED COM STROBO (240 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO**,** 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores, BRANCO FRIO, com fio verde.	106,19	21.238,00

06	50	Und.	CORDÃO 300 LED COM STROBO (240 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO**,** 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Na cor VERMELHO, com fio da cor do led.	102,11	5.105,50
07	15	Und.	Mangueira redonda, 12mm,100m, led FIXO, 28 led/ metro, 04 rabichos, 02 emendas, 04 pontas silicone, corte / metro 5W/metro, 220v, 12mmx100m nas cores branco frio, branco quente e verde a serem definidas.	1.009,80	15.147,00
08	08	Und.	REFLETOR LED IP 66, 100W,220v, BRANCO FRIO(3000-3500k), preto,em alumínio e vidro,luminosidade(aproximadamente 10.000 lúmens).Ângulo de abertura 120°.Dimensões cm(28Ax23Lx8E)Peso:1000g.ProteçãoI P67(resistente à agua e poeira). PARA USO EXTERNO	36,59	292,72
09	06	Und.	REFLETOR LED IP 66, 100W,220v, BRANCO QUENTE (3000-3500k), preto, em alumínio e vidro, luminosidade(aproximadamente 10.000 lúmens).Ângulo de abertura 120°.Dimensões cm(28Ax23Lx8E)Peso:1000g.ProteçãoI P67(resistente à agua e poeira).PARA USO EXTERNO	44,15	264,90
10	100	Und.	Conector para mangueira luminosa 12mm.	16,67	1.667,00

11	03	Und.	Doce Cupcake Engrossado Com Um Coração No Topo, (Altura 1,50m X 1,35m Largura X O,20m de Profundidade) composto por um cupcake engrossado com coração no topo, o mesmo possui 3 camadas sendo a forma, o papel e o bolo com um coração no topo, a forma deve ser da mesma cor que o coração no topo o bolo e o papel devem ser de cores diferentes. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon 20x20 de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base dos leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir	3.996,50	11.989,50
12	01	Und.	Bengala Dupla Engrossada (Altura 2m X 1,2m Largura X 0,20m de Profundidade), composto por duas bengalas engrossadas de tamanhos diferentes sendo uma virada de costa para outra, as bengalas devem possuir 15 listras sendo 7 de uma cor e 8 de outra, seguindo um padrão de sim/não. Produzida em estrutura metálica, de tubos metalon 20x20 de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na	5.399,48	5.399,48

			cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44.		
13	01	Und.	Kit Duas Vela Tridimensional Com Chama, (Altura 1,30m X 30m Largura X 30cm Profundidade), composto por duas velas redondas tridimensionais com chama no topo, a chama possui 6 hastes curvas formando uma chama tridimensional. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir.	7.260,00	7.260,00
14	04	Und.	Painel Bala Embalada (Altura 0,75m X 1,50m Largura), composta de bala embalada com espiral no centro, a mesma deve ser no formato circula começando no topo e indo até o centro, a mesma também possui duas abas uma em cada lado simulando uma embalagem de uma bala. Produzido em estrutura metálica, de tubos	1.300,00	5.200,00

			metalon de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir.		
15	400	Und.	Festão Aramado Verde Pvc, 200 Galhos Com 5 Cm, medindo 2,7 metros com 25 cm de diâmetro.	44,97	17.988,00
1**6**	10	Und.	Tecido sintético tipo juta (tela de polipropileno), com inserção de fios metalizados brilhantes (tipo lurex) dispostos ao longo da trama, entre 110 g/m² e 115 g/m², garantindo consistência, opacidade adequada e resistência ao manuseio, 1,00 de largura x 10m de comprimento nas cores verde (5 rolos) e vermelho (5 rolos).	278,42	2.784,20
17	100	Und.	FESTÃO ARAMADO VERDE NEVADO EM PVC, CONTENDO 220 GALHOS COM 5 CM DE LARGURA, medindo 2,7 metros de comprimento com 30 cm de diâmetro.	75,73	7.573,00
18	200	Und.	Haste/Galho decorativo natalino de Azevinho artificial, composto por uma haste central ramificada em 05 (cinco) a 07 (sete) galhos secundários, cada galho deve conter conjuntos de pequenas esferas (*berries* / bagas de cereja natalina) de alto brilho e folhas características de azevinho verdes acetinadas.	37,98	7.596,00

19	150	Und.	Flor de Natal, poinsétia vermelha 23cm, aveludada, Composto de 5 a 7 galhos (hastes secundárias) ramificados a partir de uma haste principal central. Pétalas em tecido sintético aveludado de alta densidade, hastes com arame flexível revestido em plástico verde.	30,93	4.639,50
20	150	Und.	Flor de Natal, poinsétia Champanhe 23cm, aveludada, Composto de 5 a 7 galhos (hastes secundárias) ramificados a partir de uma haste principal central. Pétalas em tecido sintético aveludado de alta densidade, hastes com arame flexível revestido em plástico verde.	44,70	6.705,00
21	120	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 15 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha	30,30	3.636,00
22	120	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 20 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha	41,50	4.980,00
23	180	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 30 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha	82,45	14.841,00
24	150	Und.	Tira de luz de led, com alimentação a pilha AA, na cor branco frio, led 5v, 2 metros cada tira. Com 120 led	71,82	10.773,00
25	200	Und.	Fio de fada, cordão de led, 5 metros, alimentação a pilha AA, branco frio.	43,36	8.672,00
26	20	Und.	FITA DE NATAL ARAMADA, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, COMPRIMENTO 10 METROS, LARGURA: 50MM, NA COR VERMELHA.	57,08	1.141,60
27	600	Und.	Pilha alcalina AA.	7,18	4.308,00
28	200	Und.	Cordão 150 Led blindado Com Strobo (120 Fixos, 30 Strobo Na mesma Cor), Com Extensão De 15 Metros De Comprimento, lâmpadas com 7mm de espessura na ponta, fio com diâmetro 2,3 mm na cor do led, de uso externo	115,69	23.138,00

			com resina de proteção na base do led IP65, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V, potência de 10 Watts. Leds na cor BRANCO QUENTE.		

Os preços unitários referenciais, orçamentos e documentos que lhe são correlatos, bem como a memória de cálculo e os demais documentos que balizaram a referência de preços seguem anexos ao presente processo.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste processo de dispensa correrão por conta dos consignados no orçamento para o ano de 2026.

Órgão: 5 - [SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE]		
Unidade: 2 - [Dpto de Cultura]		
Tipo Ação: Atividade - Ação: 2045 - Funcional: 0013.0392.0012 - [PARTICIPAÇÃO E REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES E EVENTOS]		
Elemento: 3339000000000000000 - [Aplicações diretas] **3999000000000000000** **3099000000000000000**		
Referência Dotação	**Vínculo**	**Descrição do Vínculo**
98	150070000000	Recursos Ordinários

Os recursos serão próprios do município de Caibi – SC.

15. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO.

Os materiais da contratação deverão ser entregues no departamento de cultura situado na Av. Patria n°532, de segunda a sexta-feira, nos horários das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, salvo orientação diversa da Administração.

A entrega deverá ocorrer dentro do prazo estabelecido no contrato ou instrumento equivalente, acompanhada da respectiva nota fiscal e demais documentos necessários à conferência dos produtos.

No momento da entrega, será realizado o **recebimento provisório**, mediante conferência inicial das quantidades, embalagens, especificações e condições aparentes dos materiais, não implicando a aceitação definitiva dos produtos.

A forma de solicitação dos produtos/serviços será mediante emissão Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;

Os produtos/serviços deverão ser prestados de acordo com as necessidades do município;

Durante a vigência do contrato, a empresa fica obrigada a fornecer os produtos/serviços de acordo com o valor proposto, nas quantidades solicitadas e nos prazos estipulados no Edital.

O objeto será recebido (art. 140, caput da Lei nº 14.133/2021):

I - Em se tratando de obras e serviços:
a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
II - Em se tratando de compras:
a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

O recebimento do objeto deverá ser realizado, ainda, observando-se integralmente o que dispõe o Decreto Municipal n° 259/2022, de 24 de outubro de 2022, o qual “dispõe sobre o método e prazos para recebimentos provisório e definitivo dos objetos contratados pela Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do município de Caibi/SC”.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

16. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.

Será exigida garantia na qualidade dos serviços prestados, incluindo a obrigação da contratada em reparar e/ou substituir o que não for entregue como se espera ou como foi planejado.

Subsidiariamente, será aplicado ao fornecimento dos serviços as disposições contidas nos termos do art. 26, inciso I, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como as disposições seguintes, sem prejuízo das previsões legais da Lei Federal n° 14.133/2021 aplicáveis às contratações públicas.

Aplica-se, ainda, de forma subsidiária, as disposições previstas no art. 19 e seguintes da Lei n° 8.078/1990, no que tange aos elementos da contratação a ser firmada, em especial, quanto à qualidade dos produtos prestados.

17. CONCLUSÃO E DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nas justificativas e nas especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é **VIÁVEL**, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Conclusivamente, tendo em vista o anteriormente exposto, o responsável por este estudo posiciona-se **FAVORÁVEL** à pretendida contratação, desde que haja recursos financeiros disponíveis.

Observe-se, por fim, que o presente documento, sob total e irrestrita responsabilidade do signatário abaixo, o qual responde juridicamente e tecnicamente pelas informações prestadas, inclusive nas áreas cível, administrativa e penal, independente da ajuda de terceiros na elaboração do – mesmo, principalmente nos aspectos técnicos, apresenta- se como instrumento anterior à fase licitatória e/ou de dispensa/inexigibilidade, ressaltando-se que o mesmo foi desenvolvido, onde necessário e com as devidas correções, com ajuda de inteligência artificial, tendo em vista a escassez de recursos humanos no âmbito do poder executivo, especialmente, com conhecimento técnico necessário para a elaboração do presente documento.

Encaminha-se este documento para aprovação do prefeito municipal.

Caibi – SC, em 29 de setembro de 2026.

_____

Silmara Bratz da Silva
Diretora de Cultura

Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP)

(X) Aprova-se o presente Termo de Referência. Encaminhe-se para as providências cabíveis, a fim de dar continuidade à contratação.
( ) Não aprovado. Encaminhe-se para as correções necessárias, conforme apontamentos anexos.
Data: ___/___/_____

Leonardo Gallon
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO III

ORÇAMENTO MÁXIMO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DECORATIVOS E DE ILUMINAÇÃO NATALINA, COM PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, ACENDIMENTO E RETIRADA DA ORNAMENTAÇÃO, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO "DOCE NATAL DE CAIBI", NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAIBI/SC.

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	Vl. Unitário	Vl. Total
1	01	Ser.	Contratação de empresa para executar a instalação, acendimento e a retirada da iluminação natalina como: mangueiras luminosas, tubos de led, cordões de led, cascatas, cortinas de led, máquinas de neve e máquinas de bolhas entre outros, na praça Pedro Antônio Bigaton. Sendo que na área coberta, pilares com luzes, na parte interna da área coberta cascatas e cordões de led, nas entradas da mesma colocação de estrelas. Instalação de cordões de led na figueira, e em árvores na praça aproximadamente 50 árvores com cordão de led e em torno de 30 árvores com mangueiras. No presépio instalação de cascatas, refletores, espeto de estrelas. Na casinha do papai Noel luzes ao redor e no telhado, instalação de decoração com luzes na parte da frente da casinha, refletores na parte interna da casinha. Instalação de estruturas já decoradas na calçada em frente a praça. Instalação de cabos dos pinheiros na Vila dos Pinheiros. Na Igreja Matriz instalação de refletores e cascata. Nos acessos de entradas do Município com instalação de pinheiros iluminados e cascatas no portal de bem-vindos a Caibi. No prédio da Prefeitura Municipal na entrada com cascatas. A retirada dos materiais deve acontecer entre os dias 12 à 23 de janeiro de 2027, devem ser devidamente organizados e guardados. Os serviços de muque para a instalação de luzes onde necessita do mesmo ficará de responsabilidade do contratado pelo serviço.	R$ 104.519,52	R$ 104.519,52

2	20	Und.	CASCATA 400 LED COM STROBO (340 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 10 METROS DE COMPRIMENTO, com 50 caídas: 65 cm, 55 cm e 45 cm, fio branco com diâmetro 1,8 mm, de uso externo com resina de proteção IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 4 cordões totalizando 40 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores BRANCO QUENTE, com fio verde.	R$ 123,25	R$ 2.465,00
3	300	Und.	CORDÃO 300 LED FIXO, COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO, 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores BRANCO QUENTE, com o fio da mesma cor do LED.	R$ 91,05	R$ 27.315,00
4	600	Und.	CORDÃO 300 LED FIXO, COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO, 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor branco, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Na cor BRANCO FRIO com fio branco.	R$ 85,99	R$ 51.594,00
5	200	Und.	CORDÃO 300 LED COM STROBO (240 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO, 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um	R$ 106,19	R$ 21.238,00

			único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Nas cores, BRANCO FRIO, com fio verde.		
6	50	Und.	CORDÃO 300 LED COM STROBO (240 FIXOS, 60 STROBO NA MESMA COR), COM EXTENSÃO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO, 12 lâmpadas a cada metro, fio com diâmetro 2,2 mm na cor verde, de uso externo com resina de proteção na base do led IP- 44, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V. Na cor VERMELHO, com fio da cor do led.	R$ 102,11	R$ 5.105,50
7	15	Und.	Mangueira redonda, 12mm,100m, led FIXO, 28 led/ metro, 04 rabichos, 02 emendas, 04 pontas silicone, corte / metro 5W/metro, 220v, 12mmx100m nas cores branco frio, branco quente e verde a serem definidas.	R$ 1.009,80	R$ 15.147,00
8	08	Und.	REFLETOR LED IP 66, 100W,220v, BRANCO FRIO(3000-3500k), preto,em alumínio e vidro,luminosidade(aproximadamente 10.000 lúmens).Ângulo de abertura 120°.Dimensões cm(28Ax23Lx8E)Peso:1000g.ProteçãoIP67(resistente à agua e poeira). PARA USO EXTERNO	R$ 36,59	R$ 292,72
9	06	Und.	REFLETOR LED IP 66, 100W,220v, BRANCO QUENTE (3000-3500k), preto, em alumínio e vidro, luminosidade(aproximadamente 10.000 lúmens).Ângulo de abertura 120°.Dimensões cm(28Ax23Lx8E)Peso:1000g.ProteçãoIP67(resistente à agua e poeira).PARA USO EXTERNO	R$ 44,15	R$ 264,90
10	100	Und.	Conector para mangueira luminosa 12mm.	R$ 16,67	R$ 1.667,00

11	03	Und.	Doce Cupcake Engrossado Com Um Coração No Topo, (Altura 1,50m X 1,35m Largura X O,20m de Profundidade) composto por um cupcake engrossado com coração no topo, o mesmo possui 3 camadas sendo a forma, o papel e o bolo com um coração no topo, a forma deve ser da mesma cor que o coração no topo o bolo e o papel devem ser de cores diferentes. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon 20x20 de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base dos leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir	R$ 3.996,50	R$ 11.989,50
12	01	Und.	Bengala Dupla Engrossada (Altura 2m X 1,2m Largura X 0,20m de Profundidade), composto por duas bengalas engrossadas de tamanhos diferentes sendo uma virada de costa para outra, as bengalas devem possuir 15 listras sendo 7 de uma cor e 8 de outra, seguindo um padrão de sim/não. Produzida em estrutura metálica, de tubos metalon 20x20 de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44.	R$ 5.399,48	R$ 5.399,48
13	01	Und.	Kit Duas Vela Tridimensional Com Chama, (Altura 1,30m X 30m Largura X 30cm Profundidade), composto por duas velas redondas tridimensionais com chama no topo, a chama possui 6 hastes curvas formando uma chama tridimensional. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio,	R$ 7.260,00	R$ 7.260,00

			contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir.		
14	04	Und.	Painel Bala Embalada (Altura 0,75m X 1,50m Largura), composta de bala embalada com espiral no centro, a mesma deve ser no formato circula começando no topo e indo até o centro, a mesma também possui duas abas uma em cada lado simulando uma embalagem de uma bala. Produzido em estrutura metálica, de tubos metalon de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8, pintura dos elementos metálicos com tinta em pó hibrida epóxi, eletrostática brilhante na cor alumínio, contornada de mangueira luminosa LED 12mm de 42 lâmpadas por metro, cobertas em toda a face com tela plástica cor prata, recobertas com cordão de leds a prova de água com lâmpadas de 5mm e resina na base do leds para proteção com tomada M/F e retificadores blindados de uso externo IP44. Cores a definir.	R$ 1.300,00	R$ 5.200,00
15	400	Und.	Festão Aramado Verde Pvc, 200 Galhos Com 5 Cm, medindo 2,7 metros com 25 cm de diâmetro.	R$ 44,97	R$ 17.988,00
16	10	Und.	Tecido sintético tipo juta (tela de polipropileno), com inserção de fios metalizados brilhantes (tipo lurex) dispostos ao longo da trama, entre 110 g/m² e 115 g/m², garantindo consistência, opacidade adequada e resistência ao manuseio, 1,00 de largura x 10m de comprimento nas cores verde (5 rolos) e vermelho (5 rolos).	R$ 278,42	R$ 2.784,20
17	100	Und.	FESTÃO ARAMADO VERDE NEVADO EM PVC, CONTENDO 220 GALHOS COM 5 CM DE LARGURA, medindo 2,7 metros de comprimento com 30 cm de diâmetro.	R$ 75,73	R$ 7.573,00

18	200	Und.	Haste/Galho decorativo natalino de Azevinho artificial, composto por uma haste central ramificada em 05 (cinco) a 07 (sete) galhos secundários, cada galho deve conter conjuntos de pequenas esferas (berries / bagas de cereja natalina) de alto brilho e folhas características de azevinho verdes acetinadas.	R$ 37,98	R$ 7.596,00
19	150	Und.	Flor de Natal, poinsétia vermelha 23cm, aveludada, Composto de 5 a 7 galhos (hastes secundárias) ramificados a partir de uma haste principal central. Pétalas em tecido sintético aveludado de alta densidade, hastes com arame flexível revestido em plástico verde.	R$ 30,93	R$ 4.639,50
20	150	Und.	Flor de Natal, poinsétia Champanhe 23cm, aveludada, Composto de 5 a 7 galhos (hastes secundárias) ramificados a partir de uma haste principal central. Pétalas em tecido sintético aveludado de alta densidade, hastes com arame flexível revestido em plástico verde.	R$ 44,70	R$ 6.705,00
21	120	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 15 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha	R$ 30,30	R$ 3.636,00
22	120	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 20 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha	R$ 41,50	R$ 4.980,00
23	180	Und.	Bola natalina lisa, diâmetro de 30 cm. Embaladas separadamente em caixa de acetato, cor vermelha	R$ 82,45	R$ 14.841,00
24	150	Und.	Tira de luz de led, com alimentação a pilha AA, na cor branco frio, led 5v, 2 metros cada tira. Com 120 led	R$ 71,82	R$ 10.773,00

25	200	Und.	Fio de fada, cordão de led, 5 metros, alimentação a pilha AA, branco frio.	R$ 43,36	R$ 8.672,00
26	20	Und.	FITA DE NATAL ARAMADA, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, COMPRIMENTO 10 METROS, LARGURA: 50MM, NA COR VERMELHA.	R$ 57,08	R$ 1.141,60
27	600	Und.	Pilha alcalina AA.	R$ 7,18	R$ 4.308,00
28	200	Und.	Cordão 150 Led blindado Com Strobo (120 Fixos, 30 Strobo Na mesma Cor), Com Extensão De 15 Metros De Comprimento, lâmpadas com 7mm de espessura na ponta, fio com diâmetro 2,3 mm na cor do led, de uso externo com resina de proteção na base do led IP65, sistema de união através de conectores de rosca macho/fêmea com travamento de segurança, permitindo o acoplamento em série de até 6 cordões totalizando 90 metros em um único ponto de alimentação. Fonte retificadora IP- 65 blindados a prova de água. 220V, potência de 10 Watts. Leds na cor BRANCO QUENTE.	R$ 115,69	R$ 23.138,00

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

ANEXO IV

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ___/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 722/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAIBI, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua dos Imigrantes, nº 499, Centro, em Caibi, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.940.776/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDER PICOLI**, inscrito no CPF sob o N° ***.627.519-**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado

CONTRATADA: **_____,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, nº_____, bairro_____, na cidade de _____, estado de _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato, representada pelo(a) Sr(a). **_____**, portador do documento de identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, doravante identificada apenas como **CONTRATADA.**

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (art. 92, I)

1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DECORATIVOS E DE ILUMINAÇÃO NATALINA, COM PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, ACENDIMENTO E RETIRADA DA ORNAMENTAÇÃO, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO "DOCE NATAL DE CAIBI", NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAIBI/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR (art. 92, II)

1. Este contrato é vinculado ao edital do Processo Licitatório nº 722/2026, Pregão Eletrônico nº 028/2026, homologado em __/__/2026, e à proposta do licitante vencedor _____.

CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA QUARTA: REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, IV)

A execução do objeto compreende o fornecimento, a instalação, a manutenção e a retirada dos elementos de decoração e iluminação natalina, nos locais definidos pela Administração Municipal (incluindo a Praça Pedro Antonio Bigaton e demais pontos indicados), observado o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e as demais condições previstas no Termo de Referência (ANEXO II).

Durante o período de funcionamento da decoração natalina, a Contratada deverá prestar os serviços de manutenção mediante acionamento da Administração, iniciando o atendimento no prazo máximo de 2 (duas) horas após o chamado. A retirada (desmontagem) dos materiais deverá ocorrer entre os dias 12 e 23 de janeiro de 2027, conforme cronograma a ser estabelecido pela Administração Municipal.

CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)

1. PREÇO: R$_____(_____).

2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será feito mensalmente pela Prefeitura de acordo com o cronograma sendo que as notas entregues até o dia 20 serão pagas até o dia 30, as notas entregues até o dia 30 serão pagas até o dia 10 e as notas entregues até dia 10 serão pagas até o dia 20.

3. CRITÉRIOS: Mediante apresentação das notas e efetiva comprovação de fornecimento do objeto contratado, após conferência e recebimentos provisório e definitivo pelo fiscal de contrato e demais responsáveis.

4. DATA-BASE: 24/06/2026.

5. PERIDIOCIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS: 1 ano.

6. CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO: Mediante solicitação escrita do contratado, seguindo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

CLÁUSULA SEXTA: OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO, QUANDO FOR O CASO, E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO (art. 92, VI)

1. CRITÉRIOS DA MEDIÇÃO: Não se aplica.

2. PERIDIOCIDADE DA MEDIÇÃO: Não se aplica.

3. PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO: 10 dias.

4. PRAZO PARA PAGAMENTO: 10 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA: OS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO, ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, VII)

1. PRAZO DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO: a execução iniciar-se-á após a emissão da ordem de fornecimento/serviço, observado o cronograma estabelecido pela Administração Municipal, de forma a assegurar a entrega e instalação completa da decoração antes do início do "Doce Natal de Caibi".

2. PRAZO DE CONCLUSÃO: a instalação completa dos elementos decorativos e de iluminação deverá estar concluída conforme cronograma estabelecido pela Administração Municipal, de forma a garantir seu pleno funcionamento antes do início do evento.

3. PRAZO DE ENTREGA: conforme cronograma estabelecido pela Administração Municipal, informado na Ordem de Fornecimento/Serviço. A manutenção durante o evento deverá ter início em até 2 (duas) horas após o chamado, e a retirada (desmontagem) dos materiais deverá ocorrer entre 12 e 23/01/2027.

4. PRAZO DE OBSERVAÇÃO: Não se aplica.

5. PRAZO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO: Não se aplica.

6. VIGÊNCIA CONTRATUAL: o presente instrumento entrará em vigor a partir de sua assinatura, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, VIII)

1. Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no

orçamento para o ano de 2026.

Órgão: 5 - [SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE]		
Unidade: 2 - [Dpto de Cultura]		
Tipo Ação: Atividade - Ação: 2045 - Funcional: 0013.0392.0012 - [PARTICIPAÇÃO E REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES E EVENTOS]		
Elemento: 3339000000000000000 - [Aplicações diretas] **3999000000000000000** **3099000000000000000**		
Referência Dotação	**Vínculo**	**Descrição do Vínculo**
98	150070000000	Recursos Ordinários

2. Os recursos serão oriundos do município.

CLÁUSULA NONA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO (art. 92, X)

15 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, XI)

15 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (art. 92, XIII)

Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (art. 92, XIV)

1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

b) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

c) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990);

d) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

e) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

f) manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) indicar preposto para representá-la durante a execução do serviço.

3. PENALIDADES CABÍVEIS: Conforme item 23 do edital.

4. VALORES DAS MULTAS: Conforme item 23 do edital.

5. BASES DE CÁLCULO: Conforme item 23 do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO (art. 92, XVI)

1. O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ (art. 92, XVII)

1. O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO (art. 92, XVIII)

1. A gestão do contrato caberá ao Senhor Eder Picoli, Prefeito Municipal.

2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela senhora Silmara Fabiane Bratz da Silva. Diretora de Cultura, em observância ao disposto no art. 117 e seguintes da Lei 14.133/2021.

3. A Administração poderá designar outro(s) fiscal(ais), quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à(s) fornecedora(s), sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

4. Ao fiscal do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar nas respectivas Notas Fiscais, a efetiva prestação dos serviços para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer, tudo devidamente formalizado.

5. A ação de fiscalização não exonera a(s) contatada(s) de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: OS CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XIX)

1. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

- **a)** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- **b)** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- **c)** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- **d)** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- **e)** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- **f)** Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- **g)** Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- **h)** Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- **i)** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

1.1. As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- **a)** Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- **b)** Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do

contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

2. O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

3. A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

a) Devolução da garantia;

b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
c) Pagamento do custo da desmobilização.

4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
c) Execução da garantia contratual para:
  i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
  ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
  iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
  iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

4.1. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

4.2. Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

5. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

CLÁSULA DÉCIMA SÉTIMA: FORO (art. 92, § 1º)

1. É declarado competente o foro da sede da Administração Pública Municipal para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:

a) Licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;

b) Contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;

c) Aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.

2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

i) Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

i) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com

transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

5. No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 70/2023, que regulamenta a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

6. A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

7. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

8. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.

9. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e

formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

10. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

10.1. Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

11. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

12. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

13. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

14. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do

determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

15.1. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

16. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 *LGPD).

16.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: PUBLICAÇÃO

1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);
II - Página do Município de Caibi (www.caibi.atende.net);
III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);
IV - Jornal diário de grande circulação local (art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

Caibi – SC, ____ de _____ de ____.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXX
Sócio-administrador
Contratado

_____
TAISON GASPARIN
Assessor Jurídico
OAB/SC 52.373

DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbido de acompanhar o fiel cumprimento deste instrumento.

Nome

ANEXO V

Municípios que aplicam o benefício loca/regional.

AMERIOS (Associação do Município Entre Rios)
BOM JESUS DO OESTE
CAIBI
CAMPO ERÊ
CUNHA PORÃ
CUNHATÁI
FLOR DO SERTÃO
IRACEMINHA
MARAVILHA
MODELO
PALMITOS
RIQUEZA
ROMELÂNDIA
SALTINHO
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
SAUDADES
SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
TIGRINHOS